



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
UNIDADE DE CIÊNCIAS EXACTAS E HUMANAS

em colaboração com a
UNIVERSIDADE DE PARIS VII

Mestrado Europeu de Gestão Cultural

**O PAPEL DO CIDADÃO NA
CULTURA**

REINALDO MANUEL MOLEIRO BARROS

directores de tese

Professora Doutora TERESA JÚDICE GAMITO

Professor Doutor JOSÉ EDUARDO HORTA CORREIA

Professor Doutor LOUIS-FRANÇOIS LARNAUD

1998

AGRADECIMENTOS

Se os propósitos iniciais desta tese foram, na sua maioria, razoavelmente cumpridos, devo agradecer-lo à abertura de espírito dos meus acompanhantes de tese que sempre se mostraram sensíveis aos aspectos sociais e humanos da cultura, naquilo que esta tem de mais precioso que é a partilha do conhecimento, a troca de ideias e experiências, a valorização do ser humano, vivida com ponderado senso crítico, criatividade e sobretudo, respeito e abertura. Creio que todos nós, inevitavelmente, ficamos mais enriquecidos como cidadãos, no final desta proveitosa viagem que fizemos juntos.

Igualmente, agradeço a oportunidade dos estágios em Paris e a todos aqueles que gentilmente acederam em receber-me e que foram, sem que o soubéssemos, um grande e inestimável contributo para o amadurecimento das minhas ideias e para o aprofundamento dos meus propósitos, facultando-me a prova inequívoca da experiência que me faz acreditar, cada vez mais convicta-mente, que, independentemente dos países e das raças a que possamos pertencer, e de tudo o mais que queiramos inventar para sustentar a diferença, o nossos destinos estão inevitavelmente entrelaçados e o nosso objectivo comum, enquanto seres humanos, ascende ao mesmo desejo de plenitude.

Uma palavra de apreço e reconhecimento para os meus colegas pelo seu excelente espírito de equipa, pelo convívio e pela solidariedade de todos os momentos que fizeram deste mestrado “o nosso mestrado”.

Finalmente, um agradecimento muito especial à minha esposa e família, pela paciência com que suportaram as minhas necessárias ausências

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. UM RETRATO DA SITUAÇÃO GLOBAL	8
2. PORTUGAL NO SENTIDO DA MUDANÇA	19
3. CONSTRUIR A CIDADE EM TORNO DA CULTURA	32
4. POSSÍVEIS SOLUÇÕES	42
4.1. Le Parc de La Villette	42
4.2. Projectos Culturais de Bairro (uma experiência francesa)	48
4.3. A Casa da Paz	50
CONCLUSÃO	58
BIBLIOGRAFIA	63

INTRODUÇÃO

O papel do cidadão na cultura é um tema relativamente recente no campo das políticas culturais e marca um progresso importante na caminhada para uma sociedade mais equitativa, justa e solidária.

Esse progresso decorre de uma conjunção histórica absolutamente nova e única em que o progresso das ciências, das técnicas e das tecnologias permitiu um desenvolvimento industrial que transformou por completo as características milenares da nossa civilização: as antigas sociedades agrícolas e o mundo da economia rural deram lugar às modernas sociedades industriais avançadas, alimentadas, neste momento, por uma economia fortemente competitiva e globalizada, que tem por centros decisores as grandes metrópoles urbanas de todos os países e continentes.

Simultaneamente, a antiga ordem social, extremamente hierarquizada, fundada na posse e no domínio da terra, de onde decorriam todos os privilégios, é substituída por uma nova ordem social, em que a democracia e a liberdade individual, em todos os seus aspectos, se tornam, cada vez mais, um direito inalienável da criatura humana, e em que a supremacia e a riqueza já não se encontram dependentes da posse das matérias primas ou dos recursos naturais mas do controlo e da gestão da informação e do conhecimento, ou seja, na própria qualidade intrínseca dos recursos humanos.

Para que esta mudança social se efectivasse, muito contribuíram, em primeiro lugar, a Revolução Francesa de 1789, saída do ideário das Luzes, que pela primeira vez apresenta ao Mundo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e, em segundo lugar, um interesse

absolutamente novo e genuíno pelos aspectos da política social que conduzem, muito rapidamente, não só ao surgimento dos hospitais, dos asilos e dos orfanatos, como à implementação das primeiras medidas de alfabetização universal que, libertando os indivíduos da ignorância, os trazem à participação na vida cívica, da qual se encontravam excluídos, até aí, pelo nascimento e pela condição social.

A política cultural é, também ela, um fenómeno recente que nasce, em primeiro lugar, de uma necessidade de preservar a herança histórica e a memória dos feitos passados que construíram a identidade de uma Nação, bem como a conservação dessas especificidades, tendo como missão a salvaguarda de um património, a continuidade de uma identidade e o fomento de uma cultura. Cedo esta política se debate com a emergência da chamada 'indústria cultural', fenómeno absolutamente novo, de 'difusão' democrática das várias expressões culturais, fruto, igualmente, de uma sociedade de massas, que, pela lógica de mercado instalada, não é passível de qualquer controlo ideológico. A 'indústria cultural' é apoiada e incentivada porque, do ponto de vista estritamente económico e social, cria e desenvolve novas áreas de trabalho, contribuindo para o surgimento de novos sectores na 'economia da cultura' que rapidamente se alargam a novos 'produtos' que nascem das conquistas técnicas mais recentes (o disco, o cinema, a fotografia, o cd rom, o vídeo, etc.).

Paralelamente, se o número daqueles que passam a ter acesso aos novos produtos da indústria cultural de massas aumenta, a crise social, decorrente da competitividade, da globalização das economias e da desregulamentação dos mercados e do crescimento acelerado das novas tecnologias de informação e telecomunicações, coloca em causa a estabilidade tecido social, alargando, cada vez mais, o fosso entre ricos e pobres que se reflecte no crescente engrossar do número dos excluídos da sociedade, especialmente em torno das grandes cidades, nos arrabaldes.

Esta grande massa anónima, desocupada, carente, inaproveitada, inútil, espoliada de todas as esperanças, torna-se uma ameaça crescente à própria democracia, passando a requerer dos governos medidas inovadoras de reintegração, de requalificação, de revalorização do indivíduo e das suas potencialidades, para que os laços sociais, fragilizados, possam ser recompostos e uma nova dinâmica ressurgir nos bairros em crise, catalisando mudanças urgentes que promovam, acima de tudo, a dignidade humana.

É neste contexto que a cultura passa a ser entendida, não só como um factor de integração e de socialização, de descoberta e valorização das potencialidades ocultas em cada um, no respeito pela diversidade de todos, de realização integral do ser humano nas suas mais diversas vertentes, na sua pluridimensionalidade, física, psíquica, afectiva, etc. mas, também, como um dos mais importantes meios colocados ao serviço do desenvolvimento local que se deve inserir na política da cidade, humanizando-a, renovando-a, dando-lhe um sentido de coerência e harmonia que entretanto perdera.

Concomitantemente, a educação é chamada não só à transmissão de saberes, qualificações e competências, como também ao desenvolvimento dos valores da cidadania, promovendo o multiculturalismo e o conhecimento da História e da história das artes, bem como o desenvolvimento das potencialidades criativas, por meio de práticas exploratórias, críticas e reflexivas que, auxiliando a compreender, para melhor valorizar e defender, os valores da cultura, não apenas e só no sentido do património histórico, estreitam os laços de solidariedade e de partilha com que se edifica a qualidade do habitat humano.

Assim, o papel do cidadão na cultura aponta para uma participação cada vez maior e mais empenhada do homem no contexto social do meio em que se insere.

A partir desse momento, a cultura passará a ser, não apenas um complemento da alma, mas a expressão plena das infinitas capacidades da própria alma, objectivando a felicidade comum. Este homem, imensamente mais conhecedor e consciente do que todas as gerações que o antecederam, tem perante si inúmeros desafios que só poderá vencer unindo-se a todos os outros homens pelo mundo numa rede de partilha, conhecimento e solidariedade, para finalmente concretizar a grande aspiração de toda a Humanidade: ser uma só.

Este trabalho pretende, pois, analisar de uma forma sumária mas precisa, a complexidade do paradoxo actual, partindo de uma visão do sistema global, identificando os principais focos de tensão ao nível mundial, para depois, analisando as especificidades do território português, reflectir sobre as suas implicações na estrutura da dinâmica social, defendendo a tese de que, na sociedade do conhecimento em que principiamos a integrar-nos, cabe à cultura um papel determinante no desenvolvimento do homem pluridimensional, integrando-o no sistema social global, e ao homem, cidadão do mundo, um empenhamento crescente nas decisões políticas de proximidade que deverão inverter a tendência para o individualismo, a omissão, o desinteresse e a apatia.

Esperamos, com esta reflexão, poder contribuir, de algum modo, ainda que modestamente, para a dignificação da cultura, enquanto instrumento partícipe de uma educação integral para a conquista da felicidade humana, imbuindo, implicitamente, o próprio conceito de gestão cultural de valores universais e humanos, que não os meramente economicistas.

1. UM RETRATO DA SITUAÇÃO GLOBAL

*A Europa tem sede de que se crie, tem fome de Futuro!*¹

Álvaro de Campos / Fernando Pessoa

Portugal vive, hoje, uma estabilidade política, uma expansão económica e uma afirmação cultural que decorre, sobretudo, de uma opção claramente europeísta, definida na sequência da revolução democrática de 25 Abril de 1974, ratificada a 25 de Novembro de 1975, e que culminou com a adesão à CEE a 12 de Junho de 1985, da qual retiramos inegáveis benefícios em termos económicos, de desenvolvimento, na modernização das infra-estruturas, na formação profissional, na cultura e na projecção política de Portugal no Mundo.

A Comunidade Europeia, onde nos inserimos, transformou-se em União Europeia e caminha para a chamada “moeda única” que impulsionará a União Política, com vista à Europa Social e, finalmente, à Europa dos Cidadãos². Não será um caminho isento de quedas e dificuldades³: “A Europa quer passar de designação geográfica a pessoa civilizada!”, como

¹ In *Ultimatum*, poema publicado na revista *Portugal Futurista* em 1917.

² “O Euro recebeu ontem a bênção democrática do Parlamento Europeu (PE). (...) Brown (Gordon Brown, ministro das finanças de Londres) anunciou “uma nova era” para a Europa, na qual o euro terá de significar mais crescimento, mais emprego e mais prosperidade (...). As declarações dos eurodeputados serviram também para recordar que a Europa Monetária não valerá de nada sem a Europa Política e sem a Europa Social. (...)” - In PÚBLICO, 3 de Maio de 1998: pág. 4.

³ “A presidência do Banco Central Europeu transformou a festa do euro num drama”. Ocorreram “momentos de grande tensão” para encontrar uma solução que “contentasse simultaneamente alemães, franceses e holandeses”. (PÚBLICO, 3 de Maio de 1998, pág. 1). A partir deste momento, segundo Pauline Green, líder do Grupo Socialista do PE: “As economias dos Quinze estão de tal modo interligadas que o euro diz respeito a todos, para o bem e para o mal”. (*idem, ibidem*, 4). Durante a festa que assinalou o nascimento do BCE Willem Duisenberg, presidente do BCE, lembrou que “a moeda única (é) “o acontecimento mais importante desde a Segunda Guerra Mundial”; (...) “se tiver sucesso - e tudo faremos para isso - dará um grande impulso à Europa”. (...) Para isso, é vital que a política monetária europeia seja “una e indivisível” e “caracterizada por uma verdadeira perspectiva europeia””. (EXPRESSO, 2º caderno Economia e Internacional, 4 de Julho de 1998, pág. 23).

“(…) Será que a Europa vai permanecer fiel ao seu conceito de coesão económica e social, que eu inseri no Acto Único e que, para mim, é um dos pilares da construção europeia? (...) Finalmente, há o desafio do número. Como trabalhar, decidir e executar a 26 e, amanhã, a 30 Estados membros? (...) Vimos que a Quinze já é muito difícil fazer funcionar a União. A 26 ou a 30 vai ser

escreveu Álvaro de Campos / Fernando Pessoa no seu *Ultimatum*. Trata-se de um processo civilizacional completamente novo que se abre aos Estados europeus, porque “*A Europa quer a Grande Ideia!*” (*idem, ibidem*), a da concretização da Fraternidade, consequência da luta já centenária pela igualdade e pela liberdade.

A Europa sabe intuitivamente que esse é o único “*Caminho*”. Ela assim o deseja porque não há progresso sem uma partilha de interesses e projectos comuns, sem uma acção participativa e dialogada, sem interacção em todos os domínios do conhecimento e da cultura.

Assim, o projecto de União Europeia avança - mesmo que sujeito “a várias velocidades”. Ao interesse primeiro, da economia e do mercado ⁴, juntaram-se os outros sectores comuns (dos quais destacamos, em especial, os campos social, cultural, e educativo) ⁵.

O fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, a desintegração do antigo bloco soviético, abriram as portas à democracia nos países de Leste que, hoje, reivindicam a sua integração na União Europeia, na NATO e no Conselho da Europa, atraídos por um modelo de sociedade e por valores que anseiam sofregamente absorver e partilhar. É como se o sentimento dominante fosse: “*A Europa tem sede de que se crie, tem fome de Futuro!*” (*idem, ibidem*).

A Europa avançará sob o impulso das múltiplas culturas, vividas pela especificidade de cada um dos seus cidadãos (iluminada por soberanos valores universais, partilhados pela

necessariamente pior. (...)” - Jacques Delors em entrevista ao Expresso, 2º Caderno Economia e Internacional, 4 de Julho de 1998, pág. 23.

⁴ “Em 1951 é assinado o Tratado de Paris que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço entre os seis: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países-Baixos e Luxemburgo (CECA), a que o francês Jean Monnet presidiu no Luxemburgo. Em 1957 assinam-se os Tratados de Roma que instituem entre os Seis a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEE4)”. - In LE GOFF, Jacques (1997), *A Europa Contada aos Jovens*, Lisboa, Gradiva/Público: pág. 76.

⁵ “A Comunidade Económica Europeia encontra-se, continuamente, em desacordo consigo própria, pois trata-se de pequenas nações provincianas a tentarem agregar-se numa Nação grande. (...) Além do mais, a CEE não é a Europa, como se costuma erradamente dizer, mas apenas o departamento económico da Europa. Qualquer departamento económico deve ser, sempre, secundário, porque o que devemos ter é uma Europa cultural, onde a economia seja o sustento mas nunca o objectivo”. - DA SILVA, Agostinho (1988), *Correio da Manhã*, 31 de Maio de 1986 e 1 de Junho de 1986, in *Dispersos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação: pág. 131.

consciência do bem comum que objectiva a felicidade de todos), que enriquecerão, certamente, de forma crítica, criativa e inovadora, o património comum de toda a União, apesar dos fenómenos perturbantes e perturbadores que influenciam, directa ou indirectamente, todos os aspectos da nossa vida e o sucesso da construção europeia.

O primeiro desses fenómenos é o da *hegemonia dos Estados Unidos da América* que se afirmaram, após a Guerra do Golfo, como a única superpotência militar à escala planetária, autoproclamando-se os polícias do mundo - posição que desejam impor à restante Comunidade Internacional.

A hegemonia da América, neste final de século, dá-se a vários níveis: detém um potencial económico imenso, “*controla as redes económicas, os fluxos financeiros, as inovações tecnológicas e as trocas comerciais*” (SOARES, M., 1998: pág. 176) ⁶. Possui uma indústria “musculada” e “atraente” - em termos de produção, de mercado e de marketing - que “vende”, ao mundo inteiro, a sua “cultura”, “a preços muito competitivos”.

Os Estados Unidos desenvolveram assim, apesar das fragilidades apresentadas pelo seu próprio sistema social, um capitalismo financeiro, que se pode considerar, de certa forma, “selvagem”, construído pelas redes tentaculares das grandes companhias multinacionais ⁷, com vínculos cada vez mais ténues e frágeis aos Estados Unidos.

Compreende-se que a “*excepção cultural*”, defendida pela França nas negociações do GATT, seja bem a expressão desse sentimento de impotência e “subordinação forçada” ao poderio norte-americano. Isto porque a cultura, como “produto”, não pode resistir, diante da hegemonia

⁶ SOARES, Mário (1998), *A União Europeia e a Crise da Independência*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 173-181.

⁷ Veja-se a força das grandes companhias cinematográficas sobre o mercado mundial, da promoção à distribuição, passando pelo marketing.

crecente da cultura americana, senão através do estabelecimento de regulamentações e quotas quaisquer que elas sejam já que a mundialização dos sons e das imagens põe em causa o princípio das quotas de obras audiovisuais europeias na própria Europa ⁸.

Não se trata apenas da cultura artística do cinema que está em causa, mas também a dos valores que as imagens difundem ⁹, em especial junto dos jovens, não preparados pelo sistema educativo para “lerem” a televisão como se lê um livro, bem como o enorme número de pessoas que nunca frequentaram quaisquer instituições culturais e para as quais a televisão cumpre essa função (é o veículo por excelência da cultura de massificação) ¹⁰.

O segundo fenómeno é o da *globalização* (das economias, dos conhecimentos e da informação instantânea) que só tem beneficiado, até agora, a economia americana. É um fenómeno “(...) gerado pelo próprio sistema económico e sócio-político orientado (...) para a eficácia económica, a competitividade e a maximização da rentabilidade do capital financeiro no curto prazo, num horizonte de globalização da economia, forte desenvolvimento tecnológico, capital

⁸ Perante as transmissões por satélite que cobrem o mundo inteiro, perante a insuficiência da televisão por cabo, as barreiras tradicionalmente regulamentares ou técnicas, durante muito tempo eficazes, tornaram-se inúteis.

⁹ “A similitude dos públicos explica, em larga medida, a convergência dos gostos cinematográficos, em particular pela produção americana: o sucesso dos filmes americanos é tão massivo nos países da CEE como naqueles do Norte ou do Este. (...) O sucesso dos filmes americanos explica-se certamente pelo gosto dos jovens pela acção, a emoção forte e o humor mas também pela potência comercial dos produtores e distribuidores americanos na Europa. (...) Em todo o lado, as produções americanas dominam o mercado do cinema; só a ex-URSS, onde o cinema “local” atrai 60 % dos espectadores, faz a excepção à regra. (...) O mercado cinematográfico dos países do Este é dominado pela produção americana que, graças à liberalização das importações de filmes, alimenta a Este o “sonho ocidental””. - Participation à la vie Culturelle en Europe - tendances, Stratégies et Défis, 1993, Paris, La Documentation Française: pág. 70.

¹⁰ Penetrar no sistema de mercado americano ainda é muito difícil. “Os números falam por si: 2 % dos espectadores americanos veem filmes estrangeiros (a metade são franceses), não porque 98 % os recusam, mas porque eles não lhes são propostos. Em cada vinte e cinco mil ecrãs, menos de duzentos difundem-nos regularmente. Nem um só filme estrangeiro está presente nas grandes cadeias americanas desde há vários anos. Como o constata de facto, todos os anos, o Festival francês de Sarasota na Florida. Mas os difusores americanos continuam a fazer-se surdos”. - DJIAN, Jean-Michel (1996), *La Politique Culturelle*, Paris, Le Monde - Editions, pág. 255.

intensivo e total fluidez dos capitais” (SILVA, M., 1998: pág. 277)¹¹ - que não tem direcção nem centro, nem regras, possuindo enorme mobilidade, e que visa apenas o lucro pelo lucro¹².

“O volume das transacções financeiras sobre os mercados monetários e financeiros representa cerca de cinquenta vezes os valores das trocas comerciais internacionais. A economia financeira é assim muito mais importante que a economia real. O ataque especulativo a certas moedas nacionais¹³ é um factor de instabilidade cada vez mais independente e incontrolável pelo poder político. A globalização condiciona fortemente os mercados nacionais e corrói o poder antes soberano dos Estados nacionais” (Soares, M., 1998: 176), subvertendo o papel regulador das próprias instituições internacionais.

Deste ataque às economias e aos sectores financeiros emergem poderes que adquirem dimensões e estratégias planetárias - as grandes multinacionais - que, com a ajuda das novas tecnologias, ultrapassam em permanência as estruturas estatais.

Assiste-se, assim, a um divórcio crescente entre os interesses destas grandes empresas multinacionais e os das populações e das colectividades, entre a lógica de mercado global e a democracia. Encontramo-nos, presentemente, perante *“(...) um fenómeno mais amplo e igualmente preocupante que é o da desigualdade crescente e da elevada concentração de rendimento e da riqueza, que são inerentes à lógica de funcionamento das economias industrialmente avançadas contemporâneas”* (SILVA, M., 1998: pág. 277) que geram a

¹¹ SILVA, Manuela (1998), *Integração e Exclusão Social: Portugal e as Duas Europas da Europa*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 273-287.

¹² A *“mundialização dos mercados monetários e financeiros, permite que os capitais se desloquem à velocidade da luz, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, estimulando uma formidável e nunca vista especulação financeira”* (Soares, M., 1998: pág. 176).

¹³ *“(...) O mais conhecido (especulador) é George Soros, o financeiro norte-americano de origem húngara que em 1992 atirou com a libra para fora do Sistema Monetário Europeu (SME). Ainda a semana passada, Soros deu a publicar uma carta sua ao “Financial Times” onde defendia a desvalorização do rublo entre 15 e 25 por cento e a sua posterior indexação ao dólar ou ao euro. Soros voltou a mostrar que está atento, ao reagir prontamente à desvalorização decretada pelas autoridades russas”* - in: PÚBLICO, 18 de Agosto de 1998, pág. 35.

desigualdade, o desemprego, a pobreza e a exclusão de uma grande parte da população, pondo em causa os alicerces da própria democracia¹⁴.

Por fim, o fenómeno da *revolução informática e das telecomunicações*, que tem radicalmente transformado a sociedade. O “(...) *sucesso da Internet, as novas tecnologias que suprimem postos de trabalho, a robotização crescente, estão a modificar o conceito tradicional de trabalho, forçando aos despedimentos, e diminuindo o peso social e a importância política da classe operária, corroendo o papel dos Estados como garantes da coesão nacional e da solidariedade*”¹⁵ (Soares, M., 1998: pág. 178).

Mas a revolução que se opera actualmente no campo das novas tecnologias de informação (na informática e telecomunicações), que vem alterar as nossas concepções do mundo do trabalho (e, quem sabe, num futuro próximo, deixar mais tempo livre ao homem para se encontrar, recriar, educar e formar, além de contribuir, substancialmente, para a democratização do acesso à informação e à comunicação, por parte de todos os cidadãos), permite, igualmente - pela emancipação do homem face ao controle exercido pelos mecanismos do Estado -, a emergência de uma nova cidadania, fundada sobre novos valores, mais universais, que influenciará de forma decisiva a construção de uma nova sociedade fundada nas redes de partilha do conhecimento.

¹⁴ “Um dos objectivos da globalização é o desmantelamento do Estado social (...) em nome da ideologização do mercado, da sacrossanta competitividade e do pensamento único” (Soares, M., 1998: pp. 177-178).

¹⁵ Quando os especialistas tentam explicar a expansão económica continuada da economia norte-americana num movimento “para além da história”, referem que o segredo deste fenómeno está “no crescimento da produtividade, acreditando eles que a democratização no uso das tecnologias, a par dos avanços nesta área, permite à economia crescer mais rápida e duradouramente do que se pensava ser possível, sem que apareçam os tais factores que acompanhavam até agora as fases prolongadas de expansão. Mas o mais interessante é que, ao contrário do que também se pensava, essa enorme difusão no uso das novas tecnologias não implica um aumento do desemprego mas, pelo contrário, é compatível com uma economia a trabalhar quase na situação de pleno emprego”. Esse movimento “(...) abre excelentes perspectivas - e, em particular, para os 800 milhões de pessoas que, em todo o mundo, se encontram desempregadas ou subempregadas. Com uma ressalva: a utilização das tecnologias exige o aumento dos níveis de educação e formação profissional. Na Nova Idade Económica, os perdedores serão os países que não investirem fortemente e extensivamente nos recursos humanos (sublinhado nosso)”. (EXPRESSO, 2º Caderno - Economia e Internacional, 4 de Julho de 1998, pág. 3).

A interdependência dos mercados monetários e financeiros à escala planetária, os progressos rápidos nas áreas da informática e das telecomunicações, no contexto de maior competitividade, mundialização e desregulamentação, têm vindo a acelerar os factores de desestabilização que se reflectem na estrutura social dos Estados que, preocupados com a viabilidade económica e financeira das respectivas economias, se sentem, cada vez mais, tentados pela liberalização total dos mercados (que se traduziria por menos intervenção do Estado, redução dos impostos, privatização dos bens sociais, como a educação, a saúde, a segurança social e outros), visto que estão a perder decisivamente a sua capacidade de regulação social, o que significaria, em termos reais, no caso particular da Europa, a liquidação do Estado Social, com a derrocada do seu património de direitos sociais e humanos entretanto conquistados.

Convém, entretanto, lembrar que, *“ao invés daquilo que alguns argumentam, se não fosse a consolidação da política de bem-estar social, a crise económica que tem espreitado o velho continente desde o começo da década de oitenta teria sido bem mais grave”* (SILVA, M., 1998, pág. 287).

Esta fragilização da capacidade de regulação social tem vindo a ter reflexos no dia a dia, com o aumentar da exclusão social que é *“(…) um fenómeno estrutural das sociedades industrialmente avançadas contemporâneas e não apenas um acidente explicável por causas ou circunstâncias que tenham a ver com a vida de alguns indivíduos ou grupos”* (SILVA, M., 1998: pág. 276). A exclusão não significa tão somente a falta de recursos materiais; reflecte uma situação de ruptura, real ou potencial, com a sociedade, de múltiplas dimensões de carência e privação, em aspectos fundamentais da vida humana, pela impossibilidade dos indivíduos,

agregados familiares ou grupos sociais participarem na vida cívica e política, por não dar o acesso à educação, à saúde, à cultura, a uma vida digna e plena ¹⁶.

Este fenómeno, devido às suas implicações, terá não só efeitos sobre os próprios excluídos mas, também, em última análise, afectará, indirectamente e por muitas vias, os não excluídos, pondo em causa a viabilidade da própria democracia.

Há um enorme fosso na distribuição da riqueza: *“o quinto da população, mais rico, dispõe de 80 % dos recursos mundiais enquanto que o quinto mais pobre, dessa mesma população, dispõe apenas de 0,5 % desses mesmos recursos”* (Soares, M., 1998: pág. 177).

“Há, com efeito, milhões de seres humanos, vastas regiões e países inteiros, que ainda hoje vivem em condições de pobreza extrema e que têm ficado, sistematicamente, à margem do progresso tecnológico e do crescimento económico mundial nos últimos cinquenta anos” (SILVA, M., 1998: pp. 273-274).

Para esses países, o alargamento das fronteiras e as relações económicas internacionais não trouxeram o desejado progresso material; pelo contrário, as suas economias de subsistência tornaram-se mais precárias e dependentes do exterior. De facto, *“tudo se concentra nos mercados financeiros e nas redes de comunicação: é aí que está o poder real. Não no mundo político, nos governos, nos parlamentos, nos chefes de Estado ou nos partidos”* (Soares, M., 1998: pág. 177).

Só no conjunto dos países da União Europeia o fenómeno da exclusão social já atingiu, em 1993, um número estimado em *“57 milhões”* de pessoas (dados do Eurostat publicados em

¹⁶ *“Toda a nossa vida gira em torno do trabalho. Quando se pergunta a alguém o que é, nunca temos a resposta: sou homem ou sou mulher. Diz-se: sou engenheiro, electricista, médico. Só se é alguém em referência ao trabalho. Um desempregado sente-se um pária e, todavia, ele é gente, a coisa mais extraordinária que se pode ser”*. DA SILVA, Agostinho (1988), Diário de Notícias, 19 de Abril de 1986, in *Dispensos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação: pág. 113.

1997 e citados por Manuela Silva ¹⁷), sendo Portugal o país mais pobre da UE, com um total de 26% de pobres no conjunto da sua população (número que andar­á hoje, 1998, perto dos 30% ¹⁸).

O rendimento global não se encontra redistribuído com justiça e que as tentativas, bem intencionadas, de apoio aos países do terceiro mundo, apelando ao diálogo norte-sul, ainda não conseguiram alcançar o objectivo desejado de um desenvolvimento global sustentado. Isto porque o apoio económico não é precedido por um apoio ao desenvolvimento de competências de gestão e planeamento, à abertura da democracia aos cidadãos por meio de uma educação eficaz a vários níveis, à mudança de mentalidades e perspectivas. Na maior parte dos casos, toda a ajuda financeira é desviada em favor de grupos de influência, classes dirigentes, corrupção generalizada, multiplicação do esforço de guerra e consolidação de regimes ditatoriais, etc.

O sentimento de privação desses povos - privação de tudo, inclusive dos seus direitos -, conduz inevitavelmente ao êxodo massivo daqueles que buscam, por meio da emigração clandestina, um futuro melhor nos países mais desenvolvidos. A maior parte deles vão, inevitavelmente, pelas mais diversas razões, engrossar o número dos excluídos, acentuando os níveis de incidência de outros fenómenos sociais daí decorrentes: desemprego, criminalidade, prostituição, etc.

¹⁷ SILVA, M., 1998: pág. 276.

¹⁸ A revista norte-americana "Forbes" publica anualmente a lista dos mais ricos do mundo. Na sua edição de 1998 inclui dois empresários portugueses que, em conjunto, "(...) valem, segundo os bem informados pesquisadores da "Forbes", 750 milhões de contos, cerca de 5 por cento do Produto Interno Bruto português". Há pouco tempo, igualmente, "a revista alemã "Der Spiegel" publicava uma entrevista com o Presidente da República. (...) Disse Jorge Sampaio que "em Portugal vegetam centenas de milhar de pessoas na miséria". Foi assim que foi traduzido, sem ser desmentido. (...) Existem em Portugal dois milhões de pobres, segundo um conceito moderno de pobreza que não tem apenas a ver com a manifestação extrema de miséria. (...) Mas interessa saber se esta concentração de riqueza está a ser acompanhada por uma justa repartição da riqueza. Não há dados seguros sobre isso, mas alguns indícios parecem demonstrar que a sua concentração caminha mais rapidamente que a repartição". In: EXPRESSO, 2º caderno - Economia e internacional, de 11 de Julho de 1998, pág. 19.

Na actual situação mundial, muito dificilmente se conseguirá alterar as desigualdades existentes entre os países se não se desenvolver, ao nível planetário, uma cultura de solidariedade efectiva que apenas surtirá efeito se enraizada na vivência do cidadão comum.

Em Portugal, como em toda a parte, as consequências da exclusão social não se reflectem só ao nível económico-social mas também ao nível sócio-cultural. Quer isto dizer que as vítimas da exclusão social dificilmente poderão ter acesso aos bens culturais e à valorização pessoal por intermédio das práticas culturais.

Estes indivíduos não estão sozinhos, fazem parte de agregados familiares ou de comunidades, mais ou menos coesas, pelo que nos é fácil compreender que, no território nacional, existirão grandes desertos culturais concentracionários, lugares onde a cultura não se pode expressar o mais diversamente possível.

Se, como todos os estudos nos indicam, os consumos culturais estão intimamente associados a hábitos familiares e ao grau de instrução alcançado, bem como à posição sócio-profissional, então compreenderemos que pelo menos 30 % da população está abaixo do nível mínimo dos padrões culturais dos países ditos civilizados ¹⁹.

Portugal revela, assim, no seu conjunto, um enorme déficite cultural que terá reflexos negativos a vários níveis e que contribuirá substancialmente, para manter ou agravar o seu atraso em relação aos países mais desenvolvidos - se considerarmos que o mundo avança rapidamente para a sociedade do saber e do conhecimento que são aspectos fundamentais da Cultura.

Torna-se, pois, conveniente, dentro de uma política social que contemple os aspectos da educação, da formação, da qualificação e da cultura, objectivando a sociedade do saber e do

¹⁹ Por certo, esta dedução peca por defeito, porque, ao lado destes 30% da população, existem entre dois terços a três quartos que, embora não estando num limiar tão baixo de privações, não possuem, contudo, rendimentos, condições e oportunidades, muito acima destes, para investirem em bens culturais e na sua valorização pessoal e social.

conhecimento, estabelecer estratégias de proximidade, pela implicação dos eleitos locais, associações, grupos representativos, populações e actores no terreno, em projectos alargados que permitam - por uma gestão atenta às necessidades locais, às expectativas expressas e às potencialidades identificadas - multiplicar as energias e promover, não só, a integração daqueles que estão à margem da sociedade - tecendo os laços sociais e a coesão, fazendo-os partilhar da vida social -, como também, acelerar a mudança de mentalidades com a criação de hábitos culturais, bem como o gosto pelo saber e pelo conhecimento.

A cultura não deve, pois, no imediato, objectivar o “lucro material”, mas ser um factor de subsidiaridade à promoção pessoal e social de uma comunidade, partindo, como é evidente, do nível cultural manifestado para construir, a partir daí, um sistema cultural mais equilibrado.

Tecendo os laços sociais, através dos factores agregadores da cultura que apelam à participação e à partilha, é possível conseguir-se, gradualmente, inverter, pelo menos ao nível local, “os fenómenos estruturantes das sociedades industrialmente avançadas”, contribuindo para a redução do número dos excluídos e a afirmação de uma identidade e de uma consciência, firmadas na cidadania, que promoverão os valores éticos da solidariedade e do progresso.

Esses projectos de parceria entre o público e o privado, o Estado e as regiões, entre o colectivo e o individual, além de serem motores de desenvolvimento cultural local, contribuem para o aumento da qualidade de vida, da urbanidade²⁰, criando novos postos de trabalho e novos sectores de actividade económica que podem revitalizar e potenciar as especificidades locais, invertendo, de algum modo, as assimetrias regionais entre o litoral e o interior, o norte e o sul, a cidade e o campo.

²⁰ A urbanidade é aqui considerada como a “*qualidade do que é urbano*”, conforme a definição apresentada pelo Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, Tomo II, Edição do Círculo de Leitores, 1985.

2. PORTUGAL NO SENTIDO DA MUDANÇA

Impõe-se uma visão histórica e sociológica da situação portuguesa que explique, ainda que sumariamente, alguns aspectos da nossa contingência actual. O objectivo não é “fazer história”, mas compreender as razões intrínsecas que ao longo dos séculos têm condicionado, dirigido e moldado a nossa identidade. Veremos, assim, que a situação cultural presente não é fruto somente da conjuntura internacional, da qual se faz reflexo, nem do simples jogo de forças “desconhecidas”, mas que decorre de um encadeamento contínuo de opções colectivas (ou não), certas ou erradas, que resultam, em larga medida, do perfil imanente da própria estrutura interna do Estado português.

No seu conjunto, o território português, não possui traços naturais significativos, uma individualidade geográfica de base física, que o distinga marcadamente do resto da Península Ibérica. As suas fronteiras são de ordem política e não fruto do relevo da paisagem. As três grandes áreas geográficas naturais que se podem distinguir, segundo Orlando Ribeiro - citado por José Mattoso ²¹ -, o Norte Atlântico, o Norte Transmontano e o Sul, prolongam-se pelas regiões espanholas que as limitam. A natureza da paisagem influencia e explica, sobretudo, a diversidade dos aspectos humanos que caracterizam o País: “*os modos de ocupação e de exploração da terra, a densidade da população, as tradições culturais e a repartição social*” (MATTOSO, 1998: pág. 44), apresentando a existência de regiões diferenças profundas mas que não explicam, por si, a

²¹ MATTOSO, José (1998), *A Identidade Nacional*, col. cadernos democráticos nº 1, Lisboa, Fundação Mário Soares / Gradiva Publicações, Lda.

identidade nacional. De onde se conclui que “o País foi uma construção dos homens, e não da Natureza” (*idem, ibidem*, 44).

A nacionalidade formou-se a partir de uma realidade político-administrativa fortemente centralizada. Basta verificar que o nome do País - Portugal - não deriva, ao contrário do que se verifica com outros países, de um substantivo étnico²²: ele nasce da junção de dois topónimos *Portus* e *Cale*, que deram origem ao primitivo nome da povoação que hoje se chama o Porto.

Começando por ser o nome de um centro urbano, a designação estendeu-se ao conjunto nacional sem nunca ter designado propriamente uma região ou uma província, e também sem nunca ter sido a capital do reino.

Com efeito, Portucale era uma “*civitas*”²³ na época dos suevos (séc. VI), depois de, provavelmente, já o ter sido na época dos romanos (séc. I), como sede das autoridades municipais com jurisdição sobre um território, e continuou a sê-lo sob o domínio dos visigodos. “*Era, portanto, um produto da colonização romana e mantinha uma relação ténue com o ordenamento étnico da região; ou seja, era uma entidade, por assim dizer, artificial, uma estrutura de poder, cujo predomínio sobre a respectiva área de influência ficou a dever-se ao seu carácter urbano, que nessa época já surge bastante bem marcado*” (*idem, ibidem*, 61-62).

Da breve ocupação islâmica, talvez entre 714 e 741, pouco se sabe. Mas, porque se conservou a memória das suas importantes funções administrativa, religiosa e militar, Portucale foi um dos centros prioritários da reocupação decidida pela monarquia asturiana que aí fez instalar, em 869, a sede de um condado. Foi com esse nome que passaram a ser designados, pelos escribas dos

²² Como aconteceu, por exemplo, na França - terra dos francos-, na Alemanha - terra dos alamanos-, ou na Inglaterra - terra dos anglos.

²³ “*Civitas*”, conjunto de cidadãos livres (*cives*) da antiga Roma, a quem cabia o direito da cidadania romana, na definição dada pela Moderna Enciclopédia Universal, ed. Círculo de Leitores, 1985.

séculos IX a XII, os condes de Portucale, bem como todas as povoações e propriedades que se situavam dentro das fronteiras do seu território.

A partir do século X regista-se uma nítida tendência para o território de Portucale invadir regiões que pertenciam outrora às dioceses vizinhas, tendência que é explicada, em parte, pela considerável densidade demográfica dessa região e conseqüentemente a sua capacidade migratória. *“Este fenómeno de expansão territorial explica-se principalmente devido à importância (política) adquirida pelos condes de Portucale, descendentes de Vímara Peres (o primeiro a ser nomeado pelos reis asturianos), como representantes da monarquia asturiana e depois leonesa” (idem, ibidem, 63).*

“A segunda fase da expansão do âmbito administrativo de Portucale dá-se com a sua atribuição ao conjunto territorial entregue ao conde D. Henrique por Afonso VI em 1096. Como se sabe, era constituído pelos territórios de Portucale e de Coimbra, mas recebeu apenas o nome do primeiro, sinal evidente da sua maior importância populacional e política” (idem, ibidem, 64).

Embora os documentos da época distingam a “província portugalense” de Coimbra (não existindo um único termo para designar o conjunto do território como um todo), o destino político da expressão “Portugal” vai-se impondo, desde cedo, com uma força cada vez maior, para designar todo um território e *“(…) triunfa quase por completo desde 1128, quando Afonso Henriques assume a direcção do condado” (idem, ibidem, 66).* Depois de este tomar o título de rei, em 1139, é chamado sistematicamente de “rei dos portugalenses”.

“A partir desse período, todos os súbditos do rei de Portugal se chamam portugalenses ou portugueses, mesmo que nunca tenham visto o Porto. (...) De facto, os portugueses nunca



foram propriamente um povo ou uma etnia, mas os súbditos de quem governava Portucale (...)” (idem, ibidem, 66).

“*O que fez a sua unidade (como nação) foi a continuidade de um poder político que dominou o conjunto de uma maneira firme e fortemente centralizada*” (idem, ibidem, 67). É este vínculo político forte e centralista que unifica a diversidade e mantém a coesão de um mosaico diverso de povos, já que “*(...) não existe nenhuma realidade étnica ou de âmbito da cultura popular com uma expressão propriamente nacional (isto é, que se verifique em todo o território português) senão a identidade da língua. Todos os outros (fenómenos) são de âmbito regional*” (idem, ibidem, 72)

De uma grande fragmentação do território, governado pelos pequenos poderes locais, sem qualquer vínculo de carácter regional, se começa a formar, a partir do século XII, uma consciência de território em torno de um rei, na altura “*um senhor mais forte que os outros, e com maior capacidade guerreira, (mas ainda sem) uma consciência clara da especificidade dos seus poderes próprios*” (idem, ibidem, 86) e das suas prerrogativas.

A Monarquia, através da sua expansão no tempo, foi habilmente criando os instrumentos centralizadores de intervenção sobre o todo territorial, oferecendo benefícios de vassalagem a todos os que se lhe submetiam e criando neles o “*dever de fidelidade*” (idem, ibidem, 87).

A monarquia impôs-se, assim, pelo seu poder e pela sua autoridade, tendo-se verificado, ao longo de todo o processo a “*monopolização progressiva dos poderes públicos pelo Estado e a centralização e a burocratização das suas funções administrativas*” (idem, ibidem, 87).

Os pequenos senhores, apesar de possuírem um poder a nível local (que foi sempre periférico e nunca central, e mais do Interior que do Litoral), não podiam competir nem concorrer, de algum modo, com o poder real que tudo centralizava e administrava.

O fortalecimento da Monarquia fez-se *“com o apoio da nobreza e do clero, na medida em que ela administra em seu próprio favor a concessão de benefícios, privilégios e mercês, que contribuem para partilhar alguns poderes, mas sempre sob o controlo do soberano”* (idem, *ibidem*, 89).

A burguesia mercantil e cidadina exerceu um papel importante a nível nacional, em vários momentos da sua história, colaborando, ainda, com a Coroa, no comércio ultramarino, mas *“parece, porém, ter havido sempre uma quase incapacidade de formação de grandes famílias comerciantes ou de empresas mercantis suficientemente poderosas e duradouras. (...) Esta situação parece ter impedido a acumulação dos poderes económicos por parte das pessoas que não pertencessem ao clero nem à nobreza e tornava o exercício de tais actividades fortemente dependente da Coroa”* (idem, *ibidem*, 89-90).

Mesmo durante a expansão marítima e nos intercâmbios com as colónias, os lucros de comércio e do transporte marítimo pertenciam à Coroa que detinha o seu monopólio quase que exclusivo. A debilidade do sector mercantil e financeiro dificultava a formação de uma burguesia portuguesa. *“O ideal, para quem tinha algum poder económico era tornar-se fidalgo. A via de acesso era mais fácil por meio dos cargos de governança municipal ou dos oficiais régios, por intermédio dos quais se conseguiam, por vezes, cartas de nobreza. O que também acentua a estrita dependência da Coroa.*

“Esta correlação de forças económicas, sociais e políticas tem provavelmente uma influência determinante sobre um dos fenómenos mais evidentes de toda a história portuguesa até meados do século XX: a limitada influência da economia urbana sobre o desenvolvimento do país, apesar do poder político estar tão ligado à cidade” (idem, *ibidem*, 90-91).

“A íntima relação da monarquia com uma economia mercantil e urbana conduz à enorme importância de Lisboa no conjunto do País” (idem, ibidem, 91), seguida pelo Porto. Mas a importância de Lisboa já vinha de trás, ou seja, “a “macrocefalia” de Lisboa foi um fenómeno de sempre” (idem, ibidem, 92).

Verificou-se ainda outro fenómeno: a posse das melhores terras estava nas mãos da nobreza e do clero, o que também obstou ao surgimento de uma burguesia rural. *“Assim, tudo o que realmente tinha verdadeira importância económica ou social dependia, em última análise, da Coroa” (idem, ibidem, 92-93), o que favoreceu a dependência clientelar e impediu a iniciativa privada e o investimento particular.*

Assim, mesmo após o advento do Liberalismo, que procurou suprimir os privilégios, nacionalizando os bens e tentando promover a burguesia, generalizou-se um *“sentimento de incapacidade para construir uma sociedade mais activa e empreendedora. (Os liberais) (...) ao proporem a imitação dos países europeus mais desenvolvidos, acentuaram a consciência de uma outra diferença, a que separava Portugal dos outros países da Europa” (idem, ibidem, 93).*

“A estreiteza do sector intelectual português face ao conjunto da população e a sua reduzida influência social, juntamente com a sua enorme distância para com a massa popular com níveis de instrução muito baixos acentuaram ainda mais os sentimentos de pessimismo” (idem, ibidem, 93).

As tentativas de uma minoria para seguir os modelos europeus, mais ou menos modernos, falharam e esse “atraso económico português”, em relação à Europa, nunca chegou a ser ultrapassado, apesar dos movimentos de opinião mais ou menos exaltados que reflectiram sobre as causas dessa realidade. As tentativas de industrialização esbarraram sempre com a incapacidade de modernizar económica e socialmente o País. *“Alguns dos progressos alcançados no século XIX e*

no princípio do século XX deram lugar depois à estagnação generalizada que se seguiu durante o regime do Estado Novo e que se pode medir através dos indicadores de desenvolvimento que mostram o progressivo afastamento em relação aos países industrializados. Foi preciso esperar pelos anos 50 do nosso século para que a inércia de uma economia e de uma sociedade periférica, como a nossa foi até então, desse lugar a estruturas mais próximas dos modelos europeus” (idem, ibidem, 94-95).

Em Portugal, devido à conjuntura política, económica e social atrás descrita, verificou-se *“a constante reprodução de elites culturais de formação literária, reduzidas em número de membros (numa proporção ainda mais reduzida do que na maioria dos países europeus), mas afastadas das áreas de decisão da política educacional e cultural, e mais afastadas ainda do povo, olhado de maneira paternalista ou então considerado rude, ignaro e irremediavelmente atrasado” (idem, ibidem, 98).*

O carácter contingente da história nacional, marcou efectivamente os valores, atitudes e comportamentos da população portuguesa. Tal carácter determinou, também, a distância social entre os segmentos mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos e o baixo padrão de especialização verificado na sua economia produtiva, de tal forma que, em termos de comportamento colectivo, as normas de consumo são mais avançadas que as normas de produção.

Desta forma, Portugal encontra-se numa zona de transição entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, numa posição de semiperiferia, visto que apresentando as mesmas normas dos países desenvolvidos ao nível do consumo, apresenta normas de produção ao nível dos países subdesenvolvidos. O que faz com que seja um País em que *“as codificações jurídicas, são frequentemente mais progressivas do que as práticas sociais, que continuam*

retrogradadas” (*idem, ibidem*, 100) e onde a racionalidade das elites cultas convive com a irracionalidade das crenças populares.

São as tendências correntes e as condições estruturais de ordem social e económica que fazem com que os portugueses, como membros de uma sociedade periférica, continuem a mostrar uma incapacidade de planeamento aliada ao talento para a improvisação, o que talvez se dissipasse “(...) com a generalização de um ensino racional, capaz de inculcar na generalidade da população o sentido do tempo, o sentido da definição das tarefas necessárias para alcançar determinado objectivo, e sobretudo a preferência pelo valor da previsão mais do que a vivência do imediato ou até do inesperado” (*idem, ibidem*, 107).

Assim, devido às razões históricas profundas que apresentamos, continua a imperar um forte centralismo político que torna a administração da coisa pública bastante ineficaz, morosa, burocrática e onerosa.

As cadeias de decisão são demasiado longas e pesadas, inibindo um desenvolvimento equilibrado e equitativo do conjunto das regiões que compõem o território, uma vez que Portugal continental apresenta uma assimetria profunda na sua ocupação territorial, com uma litoralização demográfica muito acentuada²⁴, em que “*mais de 85 % da população do País se encontra “encostada” ao Atlântico*” (FERREIRA, V. M., 1998: pág. 250)²⁵, do que resulta um povoamento do Interior²⁶ bastante rarefeito e descontínuo, sobretudo a sul, com uma ausência quase absoluta de cidades de média dimensão²⁷.

²⁴ Ao longo de uma orla costeira do continente, com menos de 40 Km de largura, da península de Setúbal à região de Braga, aparecem “cachos” de áreas, ditas urbanas, onde se localiza boa parte do emprego industrial e dos serviços especializados.

²⁵ FERREIRA, Vítor Matias (1998), *Portugal XXI - da Urbanização ao Reencontro da Urbanidade?*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 249-269.

²⁶ Só nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentram-se mais de 40% dos residentes em Portugal Continental. Esta ocupação do território não é estruturada nem homogénea, de modo a definir um sistema urbano equilibrado. A densidade populacional de concentração demográfica verificada é inversamente proporcional à própria componente de urbanidade dessa

Os estudos sociológicos mais recentes²⁸ continuam a apontar a existência de uma elite urbana, “de formação literária”, uma pequena minoria ideológica²⁹, que conduz os destinos nacionais e que se encontra cada vez mais distante da maioria sociológica³⁰; e uma massa dos excluídos dos padrões culturais da sociedade de massas³¹, constituída por pessoas idosas, pobres, pouco instruídas, geralmente fora do mercado de trabalho, a milhas de distância do poder político, que não têm legitimidade normativa no campo cultural.

Tal como no passado, continua a não existir uma “burguesia esclarecida” e “endinheirada” com poder suficiente para influir nas decisões políticas; continuam a registar-se, ainda hoje, índices de pobreza e de exclusão verdadeiramente assombrosos. Politicamente continua a sentir-se, tal como outrora, o peso de Lisboa que, fazendo uso de outros meios e recursos, distribui benesses em troca do “dever de fidelidade”.

A modernidade massificou o direito ao voto sem que, na verdade, tenha democratizado a sociedade³². Apesar da informação e da alfabetização, a tendência crescente, no sentido de voto,

ocupação. As áreas metropolitanas destacam-se neste cenário revelando valores elevados nos indicadores estatísticos de natureza sócio-económica (desempenho económico: rendimento *per capita*, emprego, produtividade industrial e consumo privado; e factores estruturantes: *stock* de infra-estruturas, recursos humanos, estrutura produtiva e condições de vida), particularmente a de Lisboa, em relação à média nacional, o que permite esboçar as tendências que dão a primazia ao “desempenho económico” e aos “factores estruturais”, sendo as restantes áreas, em particular as que são prolongamentos das áreas metropolitanas, “zonas de transição” onde se verifica um “desenvolvimento intermédio” e “em que as estruturas de apoio se encontram mais desenvolvidas que o sistema económico de produção”.

²⁷ Em termos comparativos internacionais, em especial quando comparado à União Europeia, Portugal apresenta disparidades regionais muito acentuadas. As diferenças de rendimento, emprego, infra-estruturas e oferta de serviços são ainda enormes. A média do produto regional bruto de Portugal é a mais baixa da Europa, encontrando-se a 70 valores da média (que é 100) e a 20 da Grécia e da Espanha (que lhe estão imediatamente acima).

²⁸ CABRAL, Manuel Villaverde (1998), *Maioria Sociológica e Minorias Ideológicas*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 153-168.

²⁹ Entre 4% e 8%, segundo Manuel Villaverde Cabral.

³⁰ Constituída por entre 75% a 60% da população nacional, segundo Manuel Villaverde Cabral.

³¹ Entre 20% a 30% da população, segundo Manuel Villaverde Cabral.

³² “É por este último motivo que há quem confunda a massificação com a democracia.” (CABRAL, M. V., 1998, pág. 155).

vai para a apatia e a indiferença perante a vida política e os políticos nos quais a maioria não se revê.

Se a evolução dos sistemas económico e tecno-profissional contribuiu para a diferenciação social que conferiu maior autonomia ao sujeito, essa autonomia tem-se manifestado por uma abstenção da vida pública. Se a modernidade se caracterizou, do ponto de vista político, pela participação das massas, a sociedade pós-moderna caracteriza-se por uma desidentificação das maiorias sociológicas com as minorias ideológicas.

Sobressai, do citado artigo de Manuel Villaverde Cabral, que a maioria sociológica, tem opiniões conservadoras que correspondem ao “senso comum”, baseadas mais na experiência do que na instrução (que geralmente é pouca); que “(...) *permaneça robustamente materialista, isto é, rege-se pelos valores tradicionais da família conjugal, alargada aos antepassados próximos, e preocupa-se, acima de tudo, com a saúde e com o dinheiro, daí a primazia atribuída a um emprego seguro, mesmo que pouco gratificante, e à reforma*” (*idem, ibidem*, 163).

As expectativas da maioria sociológica, quanto às mudanças sociais e à conjuntura económica, são baixas. A sua grande preocupação é a casa e o trabalho. Os seus tempos livres são passados em família diante da televisão. A casa é um eco do mundo rural que se reproduz nos subúrbios aculturados. As suas preferências televisivas são conhecidas e o totalitarismo de um único canal dominante, contrário ao pluralismo, também é sobejamente conhecido.

A casa e a família explicam a febre dos grandes centros comerciais e dos hipermercados, transformados em templos do imaginário da grande maioria sociológica.

O conhecimento do mundo e a informação que possuem é a veiculada pelos media, em especial pela televisão. Partilham e aceitam facilmente as ideias do momento, apresentadas pelas elites ideológicas, mas, por exemplo, nas questões do ambiente e do património, apesar de

reconhecerem a sua importância, porque “disse na televisão”, a adesão activa na defesa destes valores é fraca.

A maioria sociológica caracteriza-se assim, do nosso ponto de vista, por um défice de valores e práticas de associação, solidariedade e cidadania, no sentido mais profundo do conceito, ou seja, de uma maior implicação na vida política, de uma maior consciência e conhecimento da realidade global em que nos enquadrámos, para se tornar um poder fiscalizador eficaz da gestão dos interesses públicos, sociais e culturais.

A revitalização do tecido social terá de passar, naturalmente, por um conjunto de políticas concertadas de educação e formação e pelo incentivo à criação e ao desenvolvimento de actividades sócio-culturais de proximidade, nas quais, os actores no terreno, os portadores de projectos e as autarquias, terão um importante contributo a dar.

Trata-se, evidentemente, de dar um salto qualitativo em frente, conscientes de que aquilo que está em causa é uma revolução de mentalidades sem a qual o progresso real, no contexto da sociedade do conhecimento que hoje emerge, não se pode concretizar, trazendo, por consequência, prejuízos de ordem económica, social e cultural bastante graves.

Neste contexto, a questão das regiões ganha assim um outro peso³³. De certa forma, é como se estivéssemos a retornar às velhas tradições municipalistas e comunitárias do País que sobreviveram, apesar de tudo, em várias partes do território, conferindo aos cidadãos um maior poder decisional em questões que lhes digam mais directamente respeito.

³³ O Presidente da República, Jorge Sampaio, “(...) criticou a forma como tem decorrido o debate sobre a regionalização. (...) O Presidente da República insurgiu-se contra o facto de a discussão estar reduzida a questões como “as fronteiras e os concelhos”. “Não podemos porventura discutir as atribuições, as funções, a relação com o desenvolvimento, a promoção da sociedade civil?”, perguntou (...)”. - *Regiões com debate ao lado*, PÚBLICO, 1 de Março de 1998, pág. 4.

Um passo nesse sentido equivale também a um progresso substancial³⁴ no sentido da democracia e da cidadania que, contudo, para surtir o efeito desejado, deverá ser acompanhado por uma mudança de mentalidades.

Que a descentralização de poderes e competências possa dar às regiões maior autonomia e mais responsabilidade na prossecução de um projecto fundado sobre as expectativas e as potencialidades locais, conferindo aos poderes locais e aos cidadãos, novas atribuições, em especial nos domínios da educação e da cultura, veículos da emancipação e do conhecimento, que sirvam para promover um desenvolvimento mais equilibrado e satisfatório para as populações que dizem servir.

Existe, pois, um enorme campo de trabalho, em aberto, a desenvolver em Portugal nos domínios da educação, da formação e da cultura. O atraso cultural do País reflecte-se em todos os outros sectores da sociedade e afasta-nos, por enquanto, dos países mais avançados da Europa.

É inútil esperar que o Estado tudo possa resolver; se lhe cabe a função legislativa, normativa e fiscalizadora, é-lhe totalmente impossível promover e subsidiar tudo e em toda a parte. Por isso, cabe aos actores no terreno, aos portadores de projectos, aos cidadãos mais activos, às associações mais ambiciosas (no bom sentido), àqueles que aceitam a 'missão' da cultura como um 'serviço ao bem-comum' a tarefa de 'educarem' e 'sensibilizarem' os poderes políticos, regionais e locais, para os benefícios a médio prazo, em termos de progresso local real, nos domínios da qualidade de vida, da animação local, do fortalecimento de laços sociais, do combate à exclusão e à marginalidade, pelo fomento de actividades de integração às crianças, jovens e

³⁴ "É um sinal de maturidade. Os povos atrasados ou incultos não regionalizam, não são capazes de regionalizar, não têm condições culturais, económicas, políticas, administrativas ou financeiras para poder regionalizar. Se Portugal, conscientemente, por imperativo da sua Constituição, mas também por imperativo das suas próprias necessidades e por desejo da população expressamente ratificado em eleições, se empenha agora decisivamente num processo de regionalização, isso significa que Portugal atingiu um grau elevado de maturidade, não apenas no plano político, cívico e cultural, mas também no plano económico, financeiro e administrativo". - Freitas do Amaral, 1982, citado por Eduardo Cabrita in *A opção do referendo*, PÚBLICO, 30 de Agosto de 1998, Pág. 7.

menos jovens, por uma vida cívica mais democrática e participada, em que a solidariedade e a fraternidade edifiquem comunidades mais coesas e equilibradas, permitindo aos indivíduos a sua valorização pessoal e social, a sua formação e a sua qualificação plenas para o exercício da sua liberdade integral: serem eles próprios, construtores do seu destino.

Se continuamos insistir neste ponto é porque sem uma mudança de mentalidades, ao nível dos cidadãos anónimos, não será possível a tão desejada afirmação e mudança para o progresso do País, no seio da União Europeia.

3. CONSTRUIR A CIDADE EM TORNO DA CULTURA

A revolução industrial alterou e perturbou profundamente a organização do espaço, fazendo crescer rapidamente a população urbana que passou, antes do fim do século XX, de um quinto a um terço e, por vezes, a metade do total, tendo o sector agrícola deixado de ser o principal sector económico ³⁵, que passou para as indústrias, do que resultou uma nova divisão do trabalho e uma nova estratificação social. Devido a este facto, as áreas de influência urbana passaram a exercer, cada vez mais, um poder modelador sobre toda a estrutura regional.

“Esta evolução tem um reverso: a nova humanidade perde o sentido das suas raízes; num mundo unificado já não existe qualquer nicho para construir uma casa sua, uma pequena pátria, é-se cidadão de grandes espaços homogéneos, dispõe-se por todo o lado dos mesmos direitos e das mesmas possibilidades, sofre-se também por todo o lado das mesmas formas de alienação.” (CLAVAL, Paul, 1978: pp. 133-134)³⁶

É, pois, nas cidades que melhor se expressam as forças motoras da sociedade industrial avançada que, neste final de século, vive e sobrevive, sobretudo, em torno dos epicentros urbanos, tornados, pelas mutações sociais, pelo fluxo da economia de mercado, pelo crescimento vertiginoso das áreas ligadas ao sector da prestação de serviços, pela crescente especialização

³⁵ A população rural conta com uma percentagem tão fraca que já não pode comandar a repartição dos lugares centrais. Estes lugares já não são limitados no crescimento pelos constrangimentos ecológicos, pela produtividade dos terrenos ou pela proximidade dos recursos aquíferos, (como acontecia nas sociedades tradicionais), nem fixados pelo abastecimento energético (como sucedia nas primeiras sociedades industriais que dependiam do abastecimento energético de carvão). As cidades, hoje, crescem em qualquer território que seja suficientemente atractivo à fixação de novas empresas. Como estas empresas se interessam mais por factores como as acessibilidades e as vias de comunicação, com proximidade relativa dos principais centros administrativos e de consumo, a tendência geral é a do crescimento rápido e desordenado de novas cidades periféricas em torno de outras cidades já periféricas.

³⁶ CLAVAL, Paul (1978), *A Nova Geografia*, Coimbra. Livraria Almedina.

profissional, e pelos sistemas de gestão e produção informacional, fenómenos complexos centrais que influem, decisivamente, nas mudanças estruturais globais no conjunto dos territórios.

O mundo moderno é um mundo essencialmente urbano em todas as suas dimensões. A cultura predominante é a cultura cidadina: impõe-se ao nível dos valores de gosto, de moda, de imaginário, de consumo - na televisão, na rádio, na música, nas letras, na pintura, etc. As preocupações dominantes - as que são faladas, discutidas e veiculadas -, são as que mais inquietam as grandes cidades: desemprego, droga, insegurança, poluição, etc. A visão de progresso que é traçada tem a ver com o ideal da cidade, das aspirações à cidade, assumida sempre como o modelo ideal, o hipotético paraíso onde tudo existe à disposição de todos.

Qual será o papel presente e futuro das cidades, em geral, e o seu posicionamento no contexto actual da urbanização em Portugal, marcada por um processo de excessiva concentração populacional e, acima de tudo, por uma profunda desigualdade, não só territorial mas, sobretudo, económica, social e cultural? *“As cidades, particularmente as europeias, atravessaram, nas últimas décadas, diversas situações urbanas, muitas delas contraditórias entre si, mas que no dealbar do novo milénio se configuram, ao fim e ao cabo, por uma mesma intencionalidade de “renascimento urbano” e de reafirmada urbanidade”* (Ferreira, V. M., 1998: pág. 250).

Em Portugal, contudo, só as cidades-centro das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto têm participado, nos últimos anos, num processo de reabilitação urbana e de reafirmação identitária (logo, cultural). Poucas cidades fora da influência dos espaços metropolitanos ensaiaram um papel com aquela configuração. Torna-se, pois, urgente e determinante equacionar a problemática urbana, centrada nas cidades e nas metrópoles, *“(...) interlocutoras privilegiadas e representativas de um corpus identitário, já não propriamente nacional, mas, antes, reportado ao respectivo contexto regional”* (*idem, ibidem*, 261), já que, por seu turno, as regiões, para reduzirem os riscos

de “desertificação económica” (como consequência de uma incapacidade para assegurar a competitividade do tecido de sectores e empresas), de “envelhecimento das qualificações” e de “marginalização dos respectivos territórios”, precisam das suas cidades ³⁷.

Mais do que reequilibrar as formas de ocupação do território, contrariando as assimetrias verificadas, é necessário reintroduzir a noção de urbanidade. É a qualidade da condição urbana que está em causa e a qualidade dos processos ditos de urbanização que se ligam intimamente com as dinâmicas de interacção cultural.

A qualidade da cidade deve responder aos anseios da população para satisfazer a necessidade de espaços adequados à produção moderna. Para isso há que assumir publicamente a intenção de um “projecto de cidade”, na sua configuração social, na sua estrutura produtiva, na sua forma.

A ideia de “projecto de cidade” é indissociável da ideia da “qualidade urbana” e determinará a avaliação qualitativa daqueles processos de urbanização que se prendem com as condições de vida no meio urbano. Implica, igualmente, a assunção identitária, construída na base, precisamente, de um projecto contratual, consensualmente aceite, entre os agentes e os actores produtores (e reprodutores) da cidade.

Há que apostar forte, ainda, nas cidades do interior do País, “(...) *cuja história urbana, localização estratégica e assunção de factores económicos e sócio-culturais de afirmação identitária nos respectivos territórios regionais, poderão vir a construir, na base de novas malhas reticulares dessas cidades, uma nova rede urbana do continente português*” (idem, *ibidem*, 267).

³⁷ Existe, “(...) efectivamente, a necessidade de “vertebrar” o território (mudar a lógica ainda dominante de ocupação territorial) (...) e, simultaneamente a exigência de uma “massa crítica” de natureza regional, a partir da qual as cidades poderão assumir-se, com vigor e sustentação, sujeitos activos no actual contexto de globalização e de competitividade (...)” (Ferreira, V. M., 1998: pág. 264).

Realçando-se a noção de urbanidade colocamos, implicitamente, o acento na função estruturante da cultura, e, logo, da gestão cultural, integrada no 'projecto de cidade'. A assunção de um modelo mais equilibrado de urbanidade decorre, igualmente, da ideia fundamental que é colocar o cidadão no centro das decisões políticas, sobretudo quando se desejam mudanças estruturais significativas nos campos económico, social e cultural.

Os bairros degradados e os guetos reflectem o desordenamento e a falta de qualidade de vida nas cidades que conduzem à exclusão social e à "guetização urbana", factores que apontam para a polarização social e urbana, decorrentes da fragmentação social e da segregação urbana³⁸.

Em Lisboa "*Quinta do Mocho, Pedreira dos Húngaros, Zambujal e Cova de Moura são nomes que promovem receios e uma repulsa instintiva. (...) Basta uma notícia de violência num bairro ou o facto de aí predominarem indivíduos de uma minoria não branca para que este tenha uma má imagem. A sua reputação maldita cria nos habitantes um estigma de marginalidade que os acompanha para todo o lado e um nível de auto-estima negativa difícil de contrariar*" (CIDRAIS, Álvaro, 1998)³⁹.

Estes são "lugares a evitar" que parecem não pertencer à própria cidade e aqueles que aí moram quase não gozam do estatuto e do direito a serem chamados de cidadãos ou de cidadãos porque vivem à margem da cidade⁴⁰.

Até há pouco, os bairros populares tradicionais encontraram soluções para conter e minimizar toda a violência numa "*mistura de solidariedade com distância, de entrecajuda e de*

³⁸ O fenómeno das periferias resulta de uma urbanização "invertida", consequência de um processo de ocupação indiscriminada dos espaços territoriais, com maior incidência em torno das grandes cidades.

³⁹ CIDRAIS, Álvaro, *Transformar os guetos em bairros*, PÚBLICO, 21 de Agosto de 1998: pág. 48.

⁴⁰ "*De facto, as várias partes e fracções da cidade estão especializadas: encontramos espaços consagrados à indústria, à administração, ao governo, ao comércio, à circulação, espaços para a educação, o divertimento, o prazer. Ao lado destes espaços encontram-se aqueles onde moram os cidadãos. Todos estes espaços estão socialmente hierarquizados e o preço do metro quadrado é um bom indicador desta hierarquia*" - MADEC, Annick e MURARD, Numa (1998), *Cidadania e Políticas Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget, pág. 50.

vigilância mútua” (MADEC, A. e MURARD, N., 1998: pág. 58), assumindo os conflitos contornos políticos entre o “nós” e os “outros”, os “operários” e os “burgueses”, entre “esta zona” e a “outra”. Nos grandes conjuntos habitacionais as normas de convivência passaram a ser regidas pela distância e pela indiferença. O volume de pessoas por metro quadrado conduziu ao anonimato e ao desconhecimento, bem como ao aumento das tensões e da violência.

Nas periferias mais pobres e sobrepovoadas, sem qualidade urbana, desprezadas pelos próprios moradores, submetidos a pressões sociais enormes, rebentam os conflitos e cresce a tensão. *“A violência volta-se contra os que partilham as mesmas condições de habitação, o mesmo destino comunitário. A violência extravasa para o exterior, de modo errático, não político, destrói famílias, engrossa os processos dos trabalhadores sociais”* (idem, ibidem, 59).

Esta crescente desordem social, cujas origens vimos estudando nas suas linhas gerais, deve fazer-nos reflectir profundamente, não só quanto à construção de instrumentos eficazes para uma gestão urbana do território equilibrada, chamando a si o contributo de todas as ciências implicadas nos estudos do fenómeno social, como na aplicação de medidas efectivas de correcção e projecção no tempo, minimizando os efeitos perversos de uma distorção urbanística forçada, mas também quanto ao esclarecimento, educação e à negociação que deverão ser feitas ao nível global como local, conjugando os campos económico, social e cultural, de forma a implicar politicamente todos os cidadãos na construção da “sua cidade”, tendo como objectivo desejável a urbanidade e o bem comum.

Como já referimos, não só a noção de cidade se alterou como a estrutura social, os modos de vida, as mentalidades e o tipo de relações entre as pessoas é diferente⁴¹. Por isso, impõe-se um

⁴¹ A questão fundamental, que é, já hoje, bastante pertinente, é esta: “(...) como pode alguém apropriar-se do lugar onde habita? Nos bairros residenciais, não há muito com que nos inquietarmos. Mas nas cidades é mais difícil. Podemos notar de passagem a mudança de sentido da palavra cidade. Ela era outrora um termo laudativo indicando a unidade territorial de uma comunidade, e tem tendência, hoje, a ser sinónimo de ghetto. Se eu insisto no problema da apropriação é que antes da questão do emprego coloca-

novos modelos de gestão local que sejam portadores de um 'projecto de cidade' assente numa visão global e pluridisciplinar da cidade.

Além dos políticos, em quem são delegadas as responsabilidades pela gestão da coisa pública, é necessário uma mudança de mentalidades que faça emergir o trabalho técnico especializado. Ou seja, que se abra um quadro de novas competências específicas aos profissionais que detêm o conhecimento teórico especializado, que dispõem das competências para avaliar a situação local, que são portadores dos instrumentos de acção, das estratégias, dos projectos, àqueles que estão mais aptos a definir linhas de acção sectorial no contexto do projecto local.

A abordagem da cidade, enquanto projecto, necessita ser mais ampla e, também, mais pontual; ou seja, deve tomar o conjunto (na multiplicidade das suas funções e actividades - sejam elas económicas, sociais, culturais ou administrativas), sobre o qual vai agir, como uma unidade orgânica interdependente, em que todas as partes se interligam e interagem, mas também, pontualmente (promovendo a integração das pessoas e a sua apropriação da cidade), deverá agir, com precisão e eficácia, em cada um dos sectores fundamentais ao equilíbrio do território.

Se os políticos não são portadores de competências técnicas para a gestão eficaz da cidade, se lhes falta, muitas vezes, a sensibilidade para auscultar os problemas e as expectativas e definir medidas políticas coerentes com um 'projecto de cidade', devem existir os quadros técnicos especializados para avaliarem, proporem medidas, formas de acção, fazendo a aproximação contextualizada, de forma contratual e dialogada, em contacto directo com os possíveis parceiros e habitantes locais.

se a do habitat. Por que meios se podem tornar as pessoas proprietárias - não no sentido financeiro do termo -, do lugar onde elas habitam? Como fazer para que elas se sintam em casa?" (BARAT, M., 1996) Os cidadãos não vivem só para os negócios ou para os prazeres que encontram nos bairros centrais: passam uma parte do seu tempo em sua casa, em família. Gostam de encontrar nas proximidades os serviços mais elementares, comércio, escritórios, escolas e médicos, por exemplo. São igualmente sensíveis à qualidade estética do meio urbano. O ambiente social não lhes é indiferente: procuram beneficiar de um bairro agradável, de vizinhos com quem se entendam bem e receiam todos os prejuízos que podem estragar o seu modo de vida (por isso evitam os ambientes poluídos, as zonas barulhentas, os bairros de reputação duvidosa).

A cidade tem, além dos problemas sanitários, viários, das infra-estruturas urbanas, dos equipamentos públicos, aspectos sociais, educativos, culturais, profissionais, comunicacionais que nunca são suficientemente conhecidos, avaliados e resolvidos. A 'saúde' da cidade depende, em grande medida, de uma acção especializada para cada área precisa do seu 'organismo'. Obviamente, a incompetência para lidar com um todo em mutação cria sempre, a curto prazo, problemas maiores ao desenvolvimento da própria cidade que têm inevitáveis reflexos negativos sobre os seus cidadãos (porque não se trabalhou pela qualidade do urbano, pela urbanidade).

A maioria dos políticos, com má formação humana, cultural e cívica, pelos atavismos que se têm perpetuado (por ignorância dos próprios cidadãos que não estão suficientemente esclarecidos, atentos, preocupados e mobilizados para agirem como um poder legalmente constituído de fiscalização), a má vivência da vida política (que coloca os interesses particulares acima dos interesses colectivos) têm, infelizmente, permanecido. Os políticos preocupam-se mais em servir aos interesses próprios ou dos partidos, em 'trabalhar para as eleições', que propriamente para fazer a felicidade dos seus concidadãos.

Nesse quadro técnico multidisciplinar especializado, atrás referido, impõe-se, cada vez mais (pela complexidade de que se reveste o tecido orgânico da cidade), a figura do gestor cultural, a quem competem as questões da cultura, entendida na sua dimensão mais alargada e investida de novas atribuições que não apenas as do ensino artístico e das práticas artísticas. O sentido social, de educação, formação e qualificação das pessoas; a revitalização da vida cívica e comunitária; a coesão e o sentido que se pode dar aos aspectos da identidade e de pertença - são atribuições actuais da cultura.

"É somente concebendo prioritariamente os equipamentos educativos e culturais, mais do que os equipamentos económicos ou administrativos, pensando a vida na cidade em relação

com os lugares culturais (tal como os centros de lazer ou culturais, os jardins de infância ou o liceu), que poderemos ter uma acção positiva no tempo. ” (BARAT, M., 1996) ⁴².

Será a cultura, segundo este ponto de vista, uma das principais vias que permitirá se estabeleçam trocas entre os lugares e as pessoas, integrando ao invés de excluir. Ela será um pólo estruturador, não só da cidade - a partir do equilíbrio e da harmonia conferidas a cada bairro de per si, como entidade homogénea -, mas também dos laços sociais, efectivos e duradouros, que promoverão a integração das pessoas na vida da cidade. A cultura potencia, pois, a coesão de uma comunidade, tornando-se criadora de sentido e coerência, na acção global a longo prazo.

A cultura deve estar, ainda, associada a uma pedagogia que permita a leitura histórica das raízes locais, nacionais e europeias, promovendo a defesa e a valorização do património, não apenas como uma herança a preservar mas também como algo que, permanecendo vivo no imaginário colectivo, ganha uma dimensão mítica em torno da qual a própria cidade se edifica e ganha sentido. É em torno destes símbolos que a cidade e os cidadãos constróem as suas expectativas futuras, valorizando as suas especificidades. Só uma cultura aberta à multiculturalidade e às diferenças permite ‘viagens’ pelo imaginário e a recriação perpétua do sentido existencial do homem, cada vez mais, cidadão do mundo.

Consideramos que é necessária uma gestão cada vez mais virada para a eficácia, que seja detentora de instrumentos de avaliação que permitam um acompanhamento objectivo dos vários projectos, fundada em critérios, o mais precisos, de qualidade e responsabilização dos diversos parceiros⁴³. Esta gestão da qualidade (do valor que as acções podem ter para o conjunto dos

⁴² BARAT, Michel (1996), *Interventions Culturelles et Éducatives des Collectivités Territoriales*, in Association de Prévention du Site de la Villette (org.), *Les Nouveaux Métiers de, dans et pour la Ville - Actes du Colloque, 7 et 8 novembre 1996*, Association de Prévention du Site de la Villette, Paris: 92-94.

⁴³ É preciso considerar que, pela dimensão e pela complexidade que as cidades, cada vez mais, atingem, e tendo ainda em consideração a crónica falta de recursos materiais, a gestão da cultura só poderá ser realmente eficaz se atingir um número mais alargado de cidadãos com um mínimo de custos possível: isto só é possível se a gestão da cultura for partilhada com os actores locais e as associações. A partilha negociada de competências e responsabilidades liberta a administração pública do ‘peso’ da gestão,

cidadãos), deve afastar-se a 'gestão de imagem' e de 'marketing eleitoral' que tem, infelizmente prevalecido e que alimenta projectos fracassados e sem expressão para o conjunto da população, apenas pelo interesse de projecção pública de alguns "lobbys" estabelecidos.

Seria da mais elementar justiça saber quanto e a quem são atribuídos os apoios; porque são atribuídos os apoios; quais os resultados obtidos em termos quantitativos e qualitativos; de que forma beneficiaram a qualidade de vida de um bairro ou de uma comunidade; se contribuíram ou não para a participação dos cidadãos e para a dinâmica local; se foram um factor de inserção; se ajudaram a combater a exclusão e a criminalidade; se aproximaram as várias gerações, etc. Há que definir igualmente uma política de avaliação prospectiva que seja antecipatória das medidas políticas a efectuar: "que projectos devem ser apoiados para garantir a qualidade futura do nosso 'projecto de cidade'?"

Não existem alternativas a esta situação se não se verificar uma outra condição imprescindível (ao lado de uma melhor formação dos políticos para o 'projecto de cidade'; da existência de um quadro técnico especializado; de formas eficazes de avaliação e acompanhamento de projectos; de um critério racional que tenha em conta os benefícios sociais da aplicação das verbas) que é a de existir uma educação/formação cívica mais enraizada que torne os cidadãos mais conscientes e participativos, para os fazer parceiros e agentes reguladores da acção política na cidade ⁴⁴. É importante que os cidadãos participem na gestão da cidade, que tenham uma palavra a dizer, que possam fazer uso dos poderes que lei lhes confere, como direito inalienável e que, assim, democraticamente, exercendo o direito à cidadania, se faça da cidade, da aldeia, do bairro,

contribuindo, igualmente, para o estabelecimento de valores democráticos de representatividade e participação dos cidadãos na vida pública.

⁴⁴ A participação empenhada dos cidadãos necessita, ainda, de um outro critério fundamental que raras vezes se verifica: a existência de canais de comunicação eficazes entre o poder político e os cidadãos. Como se pode, por exemplo, fazer a recuperação de um bairro histórico sem se informar detalhadamente os moradores dos objectivos esperados, das etapas a percorrer e dos benefícios imediatos para a sua qualidade de vida para depois implicá-los na concretização do próprio projecto? Como agir correctamente se não se avaliar o feed-back das acções junto dos implicados?

um local onde valha a pena viver em relação com os outros. É preciso que os políticos se convençam de que esta mudança de atitudes beneficia o seu próprio trabalho, enquanto figuras públicas em quem foram delegados poderes para uma gestão transparente da cidade.

4. SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Para este capítulo escolhi três tipos de soluções que se apresentam, como possíveis abordagens, a três níveis distintos: o público, o participado e o privado.

De forma alguma são soluções definitivas e modelos rígidos na abordagem do problema social em que a cultura é, hoje, convidada a participar.

São, sem dúvida, opções determinadas por um contexto específico, de acordo com as necessidades próprias sentidas no local, atendendo aos recursos existentes e à história dos actores e do meio.

São, para nós, um objecto de estudo, com interesse particular, ao nível da reflexão a que nos propusemos neste trabalho.

4.1. LE PARC DE LA VILLETTE

Ateliers petite enfance

O atelier petite enfance nasceu como uma estrutura de acolhimento onde eram “depositadas”, à guarda de educadoras, as crianças, que acompanhavam os pais ao Parc. Assim, enquanto os mais velhos usufruíam “em paz” das actividades e do equipamento do Parc, os mais novos eram “entretidos” pelo período de tempo necessário.

Uma reflexão sobre as finalidades do Parc concluiu de que este procedimento em nada contribuía para que a estruturas do Parc, como um todo, e o conjunto das actividades propostas,

fossem aproveitadas ao máximo. Ou seja, o grande centro de cultura e recreio criado em La Villette deveria ser explorado e descoberto em todas as suas dimensões, passando a ser um lugar de referência e de visita obrigatória para toda a população parisiense.

Um primeiro estudo de públicos revelou que a maioria das pessoas, pelos hábitos culturais adquiridos (ou pela falta deles no seu meio familiar), pela falta de formação e de conhecimentos da História da Arte e das artes em geral, apenas frequentava os jardins e os espectáculos de música moderna. A arte moderna de vanguarda (em especial a pintura e o jazz) não suscitavam grande aderência do público, devido, em especial, à falta de familiaridade e de conhecimento que geravam muita incompreensão e desconfiança.

A administração do Parc rapidamente compreendeu que um equipamento daquela envergadura não se justificava, se não tivesse um aceitável nível de frequência que permitisse recuperar parte do considerável investimento feito pelo Estado para suportar as despesas de instalação e funcionamento inerentes.

Assim, desejando democratizar o acesso aos bens culturais, alargando a todos os níveis de público a sua oferta, investiu-se no conhecimento do público potencial e dos seus gostos, fazendo uma campanha de informação e marketing promocional que o atraísse ao Parc.

Logo, o Parc sentiu necessidade de dotar-se de serviços pedagógicos cuja função seria a de acompanhar a produção e montagem dos eventos, explicando, de maneira simples e didáctica, por meio de dossiers pedagógicos, como é criado o objecto de arte e o que representa. Ou seja, em que contexto aparece e com que intenções é feito; o que comunica e como comunica.

Desta forma, todos os acontecimentos passaram a ter um acompanhamento pedagógico de molde a educar o público para a leitura dos objectos de arte e dos produtos culturais.

Com esta medida, o público já não sente que não deve ir porque não compreende mas que deve ir para compreender. A frequência de um espaço cultural já não é motivo de estranheza e desconforto mas de descoberta, aventura e aprendizado; já não se trata de um acto solitário e silencioso mas de uma participação em grupo, interactiva. Assim se principiaram a criar hábitos de frequência e consumo e a educar os gostos culturais.

Revelou-se que o público frequenta não os eventos porque os preços sejam acessíveis mas, principalmente, porque se identifica com os eventos e as obras que selecciona.

Se o dossier pedagógico se tornou um instrumento de trabalho importante para os professores, na preparação das visitas de estudo efectuadas pelas escolas, é porque foi reconhecido que o papel do professor é essencial e insubstituível para a qualidade do grupo escolar, uma vez que depende do seu interesse, da sua motivação, do seu entusiasmo e do seu “espírito de missão”, a qualidade e o interesse revelados pelo público escolar. Os professores passaram a ser considerados parceiros ideais na relação do Parc com as escolas e o meio.

Mas uma questão se colocou: e como trabalhar com um público em idade pré-escolar?

Se a palavra escrita é um veículo importante, para os que já estão em idade escolar, na transmissão do conhecimento, ainda que recorrendo ao professor como mediano, como explicar aos mais pequenos o que é o objecto de arte, como é feito, para que serve e o que transmite? Como fazer para que eles o compreendam e apreciem?

Foi partindo desta interrogação e da constatação que as actividades ligadas às artes na infância são marcantes para toda a vida, que o atelier *petite enfance* enveredou por uma via alternativa, completamente diferente e inovadora, assumindo os riscos daí decorrentes.

Esta alteração deu-se, sem dúvida, também, devido ao facto de quem passou a assumir a responsabilidade directa do atelier ter uma visão e uma experiência diferentes e, portanto, um projecto pessoal para atingir os objectivos e as actividades a que o atelier se poderia propôr.

A partir desse momento, o atelier deixa de ser um espaço de mero acolhimento, onde as crianças ficavam à guarda das educadoras, para ser um espaço de descoberta e prática da expressão plástica e motora, directamente ligado, e em complemento, às actividades desenvolvidas pelo Parc.

Uma questão interessante que então se colocou foi esta: “Porque não podem as crianças frequentar os eventos culturais ao mesmo nível dos adultos? O que é necessário para que uma criança participe num concerto de jazz, numa exposição de pintura, numa performance?”

Por um feliz acaso, a equipe do atelier *petite enfance* passou a ser constituída, não por educadoras de infância, mas por uma ‘leitora de contos e histórias’, uma pintora e uma bailarina.

A junção destas três personalidades despoletou uma abordagem mais sensível e intuitiva, menos técnica, portanto, no tocante ao método a aplicar, fundado num conjunto de experiências motoras e sensitivas, baseado na palavra, no imaginário, no gesto, no toque.

De uma ideia inicial, ligada ao conteúdo de uma acontecimento artístico e cultural a ter lugar na programação do Parc, partem para um “brainstorming”, adequando o conteúdo a transmitir à ideia de jogo/descoberta e manipulação sensível dos materiais/contextos, utilizando o vasto espaço ajardinado do parque como parte integrante do cenário natural em que irá decorrer a actividade programada.

Do relato das experiências feito pelas próprias intervenientes, como do relato feito por terceiros, bem como a experiência que vivi directamente em situação de estágio, constatou-se que as crianças são um público sensível, atento, intuitivo e muito exigente. A mais profunda sensação que transmitem é a de assimilarem com muita facilidade o conteúdo, a mensagem, de uma obra, ainda que não a saibam racionalizar completamente, bem como a noção inata que possuem da sua qualidade.

Esta constacção surpreendente e o nível dos resultados obtidos, fazem com que o atelier petite enfance seja considerado um modelo pioneiro de iniciação às artes.

O Parc ao promover e apoiar esta iniciativa demonstrou ainda ter compreendido que a sua existência só faz sentido se for assimilado pelos habitantes locais, não como um equipamento estranho e desconhecido, mas como uma estrutura familiar e de proximidade.

É tornando-se uma necessidade, um serviço cultural, que se identifica com o local onde se insere, respondendo às necessidades e expectativas dos habitantes, que o Parc se torna frequentado e reconhecido.

Por fim, todas as crianças que tiveram oportunidade de frequentar as actividades do atelier, acabam por regressar e fidelizar-se, trazendo consigo os familiares.

Este público que hoje se familiariza com o Parc, em tenra idade, através de experiências de formação/sensibilização cultural marcantes, será o melhor público de La Villette no futuro.

L'Association de prévention du site de La Villette

A associação de prevenção não é a estrutura mais evidente e mais notória do Parc. A sua actividade e os seus objectivos, contudo, merecem, da minha parte, uma ressalva especial.

O Parc instalou-se numa zona periférica e 'deserdada' de Paris. Um local com muitas dificuldades de ordem social e económica em que a marginalidade e a delinquência causavam alguma apreensão aos poderes políticos.

Esta situação punha em causa não só a imagem do Parc como a segurança dos visitantes, causando algumas reticências e desconfiança quanto à possibilidade da sua frequência sem contratempos.

De facto, o número de assaltos e a violência sentida não tornavam o Parc um local seguro.

Uma reflexão sobre o assunto deixou bem claro que o reforço da segurança, com um maior número de efectivos em acção, apesar dos seus efeitos dissuasores, além dos custos envolvidos, não garantia, a médio prazo, a instalação de um clima de confiança que fizesse do Parc um local aprazível e acolhedor.

Chegou-se à conclusão que a estratégia mais adequada seria a de integrar os potenciais marginais e excluídos na estrutura do Parc, fazendo-os sentir que o Parc seria bom para eles, para os seus familiares e amigos.

Foram então criadas duas empresas de reinserção que, além de darem formação e qualificação profissional a jovens desempregados e à procura do primeiro emprego, abrindo-lhes as portas do mercado de trabalho em áreas ainda pouco exploradas, como o tratamento de imagens em laboratório fotográfico ou a de técnico de reprografia, lhes permitiam trabalhar em sectores como a recepção, o atendimento ou a segurança do próprio Parc.

Esta nova filosofia de prevenção, aliada à formação e à qualificação profissional, associadas a actividades culturais do Parc, demonstraram, conforme o Dr. Christian Brulé,

responsável pelo projecto me relatou, que o nível de incidência dos pequenos delitos reduziu substancialmente.

Aqueles que antes vandalizavam o Parc passaram a frequentá-lo e tornaram-se os seus principais seguranças, os primeiros a fazer a prevenção do sítio.

A Associação conseguiu demonstrar que é possível a uma instituição cultural assumir, igualmente, um forte protagonismo social; que o Parc é uma estrutura de integração e não um factor de exclusão; que o Parc, sendo um local de partilha e de interacção, social e cultural, é também um promotor da qualidade de vida da comunidade e da cidade onde se insere.

4.2. PROJECTOS CULTURAIS DE BAIRRO (uma experiência francesa)

O programa nacional dos Projectos Culturais de Bairro (PCQ⁴⁵), apoiado pelo Ministério da Cultura e integrado na Política da Cidade ⁴⁶ desenvolvida em França, pretendeu, através de acções ⁴⁷ inovadoras no campo das artes, apoiar a dinâmica local, os actores no terreno, reunindo artistas, parceiros locais e habitantes em torno de um projecto cultural, qualquer que fosse a sua modalidade, que relançasse a vida social, implicando os habitantes, constituindo-se num motor impulsor da humanização dos bairros, na luta contra a exclusão ⁴⁸.

⁴⁵ PCQ - Projets Culturels de Quartier.

⁴⁶ A política da cidade é um princípio global e deve fazer a ligação entre a acção cultural nos bairros e as outras políticas, sociais, educativas, económicas, partindo dos habitantes, das suas expectativas e das suas realidades. Esta não foi, até agora, uma prática "natural" da intervenção cultural e artística.

⁴⁷ Estas iniciativas encarnem, no terreno, a complexidade do que é a cidade, onde se conectam o cultural, o social e o económico.

⁴⁸ "Estes projectos tinham a ambição de demonstrar que o domínio **cultural** é um dos vários pontos fortes da **luta contra a exclusão** (...) através da música, da dança, do teatro, da escrita, do cinema, das artes plásticas (...), oferecendo ocasião de participar numa actividade social que sensibiliza, forma, e suscita por vezes vocações profissionais ou oportunidades de emprego. Que ela (a cultura) constitui, enfim, uma alavanca possante, tanto para o desenvolvimento pessoal e a remobilização individual, como para a animação dos espaços colectivos, a abertura dos bairros e a restauração da comunicação social na cidade." - BACHELLERIE, Christine, 1996: pp. 50-55.

Estes Projectos nasceram de uma auscultação às populações e da vontade local expressa e enraizada e não como fruto de uma deliberação exterior. Ao envolverem actores, associações, responsáveis autárquicos e população em geral, contribuíram para valorizar as especificidades e a identidade cultural do local, reforçando os laços de solidariedade e de entre ajuda, auxiliando a desenvolver, ao mesmo tempo, a vivência plena da cidadania, demonstrando que uma política que tenha por base a confiança e o respeito pelos actores no terreno, partilhando com eles a responsabilidade pela gestão dos projectos, pode atingir mais eficazmente os seus objectivos que uma política central dirigista.

Cada acção foi apadrinhada por um artista de reconhecido mérito nacional ou internacional que trabalhou directamente, ao longo de todo o projecto, com os actores locais e os habitantes.

Conforme refere Christine Bachelierie⁴⁹: *“A expectativa e o apetite que estas iniciativas suscitaram, especialmente entre os jovens, ultrapassaram todas as previsões: qualquer que fosse a disciplina artística, teatro, escrita, música, dança (e não somente hip-hop ou rap), artes plásticas, os jovens responderam sempre presente: presente ao que os faz, àquilo que os (re)constitue e lhes dá ensejo de criarem o seu próprio percurso, que não é forçosamente artístico. Esse não é o fim”*.

“Estes primeiros projectos foram concebidos como acções inscritas a longo prazo, aptas a mudarem em profundidade os comportamentos e os valores (...) A avaliação em curso

⁴⁹ BACHELLERIE, Christine, *Les PCQ (Projets Culturels de Quartier) pour de nouveaux liens entre institutions, associations, habitants et artistes réputés*, In *“Les 6^{èmes} Rencontres Internationales Banlieues d'Europe”*, alocações proferidas pelos representantes das instituições e actores do terreno que se encontraram em Bruxelas de 6 a 8 de Novembro de 1996, Paris, Culture & Proximité - hors-série - Juin 1997, Opale Editions: pp. 50-55.

(...) *permitirá analisar o papel da cultura no desenvolvimento local urbano e precisar os laços entre a cultura, a economia e o social (destaque nosso)*⁵⁰.

4.3. A CASA DA PAZ

Quando estive no Brasil em Outubro de 1995, tive a oportunidade de acompanhar, involuntária e fragmentariamente, pela televisão, uma conferência mundial, que então se realizava em Brasília, sobre a problemática do “*menino de rua*”⁵¹.

Se o problema já então me sensibilizava, de modo algum estava minimamente informado e ao corrente da verdadeira dimensão deste fenómeno, das suas implicações profundas no tecido social e humano e dos seus contornos humanos, económicos, sociais, culturais e éticos. Ainda hoje, apesar de existir mais informação e de esta ser tão universalmente difundida e partilhada, o que nos é permitido conhecer continua a ser uma mínima parcela de um gigantesco iceberg semi-encoberto.

Lembro-me nitidamente, com precisão, de que, enquanto sobrevoávamos São Paulo, o coração industrial do Brasil, que é já hoje, a segunda maior cidade da Terra⁵², olhando pelas janelas, de um lado e do outro do avião, víamos, sob o lençol esbranquiçado das nuvens, cobrindo uma vasta e imensa extensão de terrenos a perder de vista, por quilómetros e quilómetros em redor, sobre vastíssimas áreas salpicadas de morros, durante longos e intermináveis minutos,

⁵⁰ BACHELLERIE, Christine, *idem*.

⁵¹ “Em 1989, o Brasil tinha cerca de 59 milhões de crianças e de adolescentes (com menos de 17 anos) ou seja 41 % da população brasileira. A sua situação (malnutrição, analfabetismo, não frequência da escola, entrada precoce no mercado de trabalho) está directamente ligada à situação económica da sua família. O Brasil, após ter conhecido um forte desenvolvimento durante os anos 70, sofreu uma forte recessão, com repercussões directas sobre as condições de vida das populações mais pobres, fragilizadas por uma repartição muito desigual das riquezas”. - ALTOË, Sonia (1994), *Institutions d'Accueil et Devenir des Enfants Abandonnés au Brésil*, in *L'Enfant et son Intégration dans la Cité*, Paris, Syros: pp.75-85

⁵² “A cidade de São Paulo é a segunda maior aglomeração urbana do mundo com 17 milhões de habitantes”. - *Atlas Enciclopédico Mundial*, Lisboa, Dorling Kindersley/PÚBLICO.

habitações de cor vermelha e cinza. Não se distinguiam quaisquer outras cores no imenso e monótono casario.

Compreendi mais tarde, vendo com os meus próprios olhos, que todas aquelas rudes moradias, eram apenas uma ínfima parte das mundialmente famosas “favelas” do Brasil.

O fenómeno das favelas que sumariamente descrevo, não é pertença exclusiva do povo brasileiro. É, antes, um dos sintomas, uma das consequência, das nossas opções de vida, de progresso e desenvolvimento. Toma vários nomes consoante a latitude e a cultura mas basicamente, chame-se ‘bidon ville’, ‘bairro da lata’ ou ‘favela’, o fenómeno de exclusão, marginalidade, inadaptação é o mesmo para todas as criaturas humanas. Não me cabe a mim julgá-lo nem estudá-lo, enquanto fenómeno social associado a uma explosão demográfica exponencial em torno das grandes cidades. Mas considero imperativo ético e moral reflectir sobre ele, questionando-me, antes de mais a mim mesmo, sobre qual o meu papel ou de qual o papel da cultura, perante a evidência dos factos que não podemos negar, esconder ou omitir.

As favelas e os meninos de rua são uma das faces mais visíveis e tangíveis de uma realidade algo apocalíptica que, por interesses de vária ordem, mas sobretudo por uma incapacidade de dar respostas eficazes e duráveis, se deseja manter oculta e discreta⁵³. Mas por quanto tempo e a que preço?

Crianças reunidas em grupos, vestidas de andrajos, enroladas em mantas velhas, vagueavam pelas ruas vivendo de expedientes, esmolas e assaltos. Em determinadas ocasiões,

⁵³ “As enormes disparidades da riqueza do Brasil têm vindo a aumentar durante a última década. Níveis de desemprego relativamente baixos escondem o subemprego em grande escala e a ONU considera mais de 50 % da população como sofrendo de pobreza. O grande número de migradores rurais pobres para as cidades vive em favelas. Estas estão agora a surgir também nas zonas rurais. Os ricos gostam de conduzir carros europeus, de fazer férias em Paris ou fazer esqui na Suíça, onde a maior parte deles guarda o seu dinheiro, para evitar a análise e interferência do Governo nas suas contas”. - Atlas Enciclopédico Mundial, Lisboa, Dorling Kindersley/PUBLICO.

chegavam a ser tantas, em especial na cidade do Rio de Janeiro, que eram chamadas a “*mivem negra*”.

Algumas dessas crianças foram, literalmente, abandonadas no caixote do lixo, outras fugiram de casa, outras passaram pelas mais diversas e aberrantes experiências e foram vítimas de toda a sorte de abusos e violências. Para algumas destas crianças, entrevistadas aquando da conferência mundial acima referida, a maior aspiração que tinham era virem a ser “assassinos” e “vendedores de droga” para poderem “ter muito dinheiro” e “meter medo” aos outros.

Uma responsável pelos programas nacionais de integração e acompanhamento destes jovens, dizia que estas eram, no fundo, crianças normais, com muita falta de afecto e atenção, que usavam a violência como uma forma de chamarem sobre si a atenção dos adultos e de se defenderem de um mundo que as rejeitara. Dizia ainda que grande parte destas crianças, após uma experiência de integração mais ou menos bem sucedida, quando tratadas com amor, recuperavam todas as características de uma criança normal, tornando-se, a seu turno, até meigas e atenciosas.

O drama no Brasil, neste aspecto, é de tal ordem violento que há uns anos atrás elementos da polícia federal da cidade do Rio de Janeiro constituíram, à revelia da própria lei que deveriam cumprir, um esquadrão da morte que assassinou sumariamente vários meninos de rua⁵⁴. Não morreram às mãos da polícia dezenas, mas centenas de crianças que simplesmente desapareceram no anonimato de uma vida breve por se terem tornado um fardo incómodo, difícil de suportar, para a consciência colectiva da sociedade⁵⁵.

⁵⁴ “O estatuto da criança sofreu sempre, no Brasil, de alguma ambiguidade. A Escola Superior do Exército chegou a sugerir, em 1989, a neutralização e a destruição das crianças da rua pelas forças armadas para evitar a criação de bandos nos anos 2000”. (ALTOË, 1993).

⁵⁵ “A educação segue o sistema francês com bacharelato no final do ensino secundário. As escolas públicas gozaram de boa reputação até aos anos 50, mas entraram em decadência desde então. A maioria dos pais da classe média envia agora os seus filhos para escolas privadas. Os mais abastados enviam-nos para a Suíça ou para França. Milhões de pobres pouco usufruem em termos de ensino - especialmente aqueles que vivem no Nordeste e na Amazônia e os pobres das cidades. Os três milhões de meninos de rua brasileiros não têm qualquer tipo de escolaridade. Os cursos universitários públicos funcionam à base de créditos,

As imagens de centenas de meninos de rua em marcha silenciosa, de rostos tapados, enrolados em velhas mantas, chamando a atenção da opinião pública para a memória dos companheiros assassinados, percorreram, nessa ocasião, o mundo e causaram escândalo até no interior do próprio Brasil.

Nessa mesma altura, assisti a outros documentários traçando o retrato negro de uma situação social explosiva.

Outra reportagem falava da “*faixa vermelha*”, uma zona de morte e de crime.

Contava a reportagem que há várias dezenas de anos decidiram o Estado brasileiro e a prefeitura do Rio de Janeiro tornar mais rápido o acesso entre a Ilha do Governador, onde está situado o aeroporto internacional, e o centro do Rio de Janeiro, criando uma via rápida de várias dezenas de quilómetros.

Devido a sucessivas crises políticas e económicas, essa via rápida foi sendo sucessivamente adiada ao longo dos anos. Os terrenos destinados ao efeito, foram sendo tomados por favelas que se desenvolveram rapidamente. Quando finalmente é dada permissão para que o projecto avance, o exército e as forças da ordem têm de ser chamados a intervirem para se procederem às demolições dos bairros clandestinos que surgiram entretanto. No interior das favelas, devido ao negócio do jogo clandestino e às fortes redes de narcotráfico, existem exércitos bem armados e organizados, lutando por territórios bem demarcados onde exercem a sua lei e a sua autoridade. Qualquer actuação dentro das favelas é praticamente impossível por parte das forças da ordem, pelo que estas acções se saldavam sempre por vários mortos e feridos. Hoje as autoridades preferem negociar directamente com esses “poderes paralelos” a intervir no terreno.

tal como nos EUA. Das 95 universidades existentes no Brasil, 55 são geridas pelo Estado. A Universidade de São Paulo é a mais prestigiada”. - Atlas Enciclopédico Mundial, Lisboa, Dorling Kindersley/PÚBLICO.

O traçado final da via rápida ficou, então, mergulhado em favelas. Para evitar os constantes arremessos de pedras e objectos sobre a via rápida e os tiros furtivos sobre as viaturas, foi criada uma zona de segurança, recorrendo a muros de betão e arame farpado. Todas as viaturas que passam pela via rápida viajam a velocidades acima do permitido por lei e se houver algum acidente é certo que ninguém irá parar para oferecer assistência. Os assaltos e as mortes passaram a ser uma constante nesta estrada a que o povo começou a chamar a “faixa vermelha”.

A reportagem que então um dos canais da televisão brasileira passava, mostrava cenas de guerra entre o exército e habitantes da favela com tiros trocados de parte a parte.

A notícia mais recente reportava-se a um homem que tinha sido assassinado à queima roupa, enquanto transitava na faixa vermelha, por alguém que presumivelmente o confundira com um importante empresário que desejava sequestrar.

A situação das favelas liga-se, assim, ao problema social dos meninos de rua.

Uma outra das reportagens de então falava de uma experiência exemplar e inovadora que se desenvolvera no coração de uma das mais conhecidas favelas do Rio de Janeiro. Um jovem sociólogo, recém formado, criara, há já algum tempo, em condições a vários níveis extraordinárias, uma associação cultural.

O primeiro facto extraordinário da notícia era acontecer o que era supostamente inconcebível acontecesse: uma favela ter qualquer tipo de actividade cultural que fosse.

O segundo facto extraordinário, focado na reportagem: o jovem que se formara em sociologia tinha nascido e sido criado/educado numa favela. Ou seja, contra todas as probabilidades comumente admitidas, um favelado tinha tirado um curso superior, o que demonstrava que dentro da favela também existiam potenciais recursos humanos.

O terceiro facto extraordinário, aquele que realmente mais sensibilizava e convidava à reflexão do espectador, tinha a ver com a capacidade de se transformarem acontecimentos brutais, trágicos e inexplicáveis em motivações suficientemente profundas e fortes para, por meio de uma acção toda ela carregada de simbolismo, pôr em marcha um projecto comunitário de acção cultural e social, acreditando que é possível aos homens, se o desejarem, modificarem o seu próprio destino, combaterem o fatalismo e construir uma comunidade e um mundo à medida das suas aspirações e da sua vontade.

Nessa favela fora brutalmente assassinada um família evangélica, aparentemente sem qualquer motivo. As paredes da casa ficaram regadas de sangue e o povo passou a designá-la (se a memória não me trai), a “*casa do sangue*”.

Avançando o sociólogo com o seu projecto, a casa é rebaptizada de “Casa da Paz. Não se procurava a vingança, a retaliação violenta, mas o apaziguamento, a tolerância, a paz. Tratava-se, antes de mais, de trazer à consciência dos habitantes da favela o valor da sua dignidade humana pela qual se deveriam empenhar e trabalhar em comum.

Logo se notou algo de muito importante: o projecto emergia de uma necessidade sentida localmente, de uma aspiração colectiva e partilhada. Basicamente partia do conceito de que as crianças da favela (e os seus familiares) não possuíam, logo à partida, por motivos sócio-económicos, os meios/recursos necessários para a sua formação pessoal e humana, enraizada em valores culturais mais profundos; que nunca teriam acesso ao livro e ao conhecimento; que nunca poderiam dispor de um local para ocuparem positivamente o seu tempo livre, canalizando as suas energias e, logo, fugirem aos convites desviantes do meio.

Era forte a convicção de que mudando os comportamentos e os hábitos das crianças se poderia, de modo indirecto, metodicamente, a médio prazo, contribuir de forma decisiva para a

mudança efectiva e substancial de toda a comunidade implicada. A condição de favelado não era uma fatalidade, um estigma ou um óbice ao sucesso perante a vida, mas uma condição decorrente de uma situação social e económica adversa que poderia ser alterada pouco a pouco.

Assim, apostou-se fortemente numa acção social alicerçada na cultura, ou seja, direccionada para a formação integral dos jovens, facultando-lhes a oportunidade de se descobrirem e revelarem através de múltiplas actividades de criação em trabalho de grupo.

Um projecto que a princípio era olhado com estranheza e desconfiança -- seja pelas autoridades, seja pelos líderes dos bandos --, passou, num curto espaço de tempo, a ser considerado como válido e importante para aquela comunidade, por uns e por outros. A Casa da Paz ao invés de ser considerada como um elemento estranho à favela passou a ser assumida como parte da favela, a ela intimamente associada na prossecução dos seus objectivos.

De tal forma a experiência demonstrou ser válida que este primeiro passo pioneiro passou a ser considerado como um caso exemplar de sucesso a ser estudado e implementado em outras favelas. De capital importância, foi o empenhamento voluntário de inúmeras pessoas e entidades exteriores à favela que se disponibilizaram a dar o seu contributo das mais variadas formas: desde a oferta de donativos vários até ao trabalho não remunerado. Assim se demonstrava que, sobrepondo-se á incapacidade do Estado e das autoridades políticas para resolverem o problema, a vontade de mudar que nascia de um indivíduo com suficiente carisma, imbuído de um projecto sentido como necessário, partindo da realidade local, podia fazer nascer a verdadeira cidadania, trabalhando por dentro, para dar o seu contributo para a dignidade da vida humana.

No dia 18 de abril de 1998, um canal de televisão português, a RTP2, passou um documentário, "*Rio de Janeiro: cidade bonita, cidade perigosa*", onde, para meu espanto, vi surgir, novamente, ainda que de forma fugaz, o exemplo notável da Casa da Paz.

Comentário do locutor. *“Para facilitar a vida das crianças nestes bairros pobres (as favelas), Manuel Ribeiro (o sociólogo atrás referido) criou um projecto de apoio aos jovens na Favela do Vigário Geral. Ribeiro tem de agradecer o facto de poder trabalhar aqui com as crianças, não só aos que financiam o projecto mas também ao cartel de droga local que está satisfeito com a iniciativa. Aqui a política de educação parece ser mais eficiente que a do Estado”*.

Manuel Ribeiro guia a equipe de reportagem pela instituição e comenta, apresentando uma biblioteca e uma sala de vídeo como um pequeno pedaço da acção da Casa da Paz: *“Ela nasceu de uma iniciativa da comunidade de tentar criar alternativas ao ócio, ao mundo do crime: na arte, na literatura, na dança, na pintura e na consciência da cidadania. Então, este aqui, é um núcleo de reconstituição da cidadania”*.

O repórter comenta com algum fatalismo: *“É pouco provável que as crianças consigam sair do círculo vicioso da pobreza, falta de perspectivas, droga e violência porque a vida dos traficantes é curta e a hierarquia exige reforços”*.

O exemplo da Casa da Paz simboliza, evidentemente, o papel maior que eu considero estar destinado à cultura; o jovem sociólogo pode muito bem ser o modelo do cidadão do mundo que vive a cidadania, de forma empenhada e cívica, zelando pelo bem-comum.

CONCLUSÃO

A sociedade actual atravessa uma profunda crise que se revela, em especial, pelo número crescente dos excluídos. A globalização das economias e dos mercados apenas tem beneficiado uma estreita minoria, pelo que a distribuição das riquezas não tem sido nem justa nem equitativa, gerando tensões e conflitos.

Vimos que o processo histórico de modernização civilizacional massificou as sociedades contemporâneas; alfabetizou e integrou economicamente no sistema político representativo as massas, assegurando-lhes o direito ao voto, sem que, contudo, se tenha assistido a uma verdadeira democratização da sociedade. Ou seja, sem que a cidadania se tenha realmente instalado na vida participativa.

Em Portugal, mercê de uma contingência histórica de profundo centralismo, a repartição dos benefícios sociais, económicos e culturais tem sido muito desigual ao longo do tempo, com inegável vantagem para as grandes áreas metropolitanas, que gozam de um estatuto de privilégio e de uma identidade.

Esta situação decorre de Portugal ser um território urbanisticamente invertido, fenómeno que resulta de uma ocupação indiscriminada desse território, em especial do litoral., do que resulta um povoamento do Interior do País bastante rarefeito e descontínuo, sobretudo a sul, com uma ausência quase absoluta de cidades de média dimensão que, implantadas em malha urbana equilibrada e reticulada, poderiam configurar uma outra ordenação do território português.

Isto gera diferenças de rendimento, emprego, infra-estruturas e oferta de serviços bastante desigual nas várias regiões, fruto da assimetria, do desequilíbrio e do desordenamento, pelo que se torna urgente a exigência de uma “massa crítica” de natureza regional que assuma a qualidade urbana das cidades do Interior que pela sua história, localização estratégica e factores económicos e sócio-culturais de afirmação identitária possam construir, nos respectivos territórios regionais, uma nova rede urbana de qualidade.

Neste momento, face aos problemas económico-sociais, uma abordagem das cidades e dos bairros em crise, centrada unicamente numa visão económica e social do problema, não dá respostas eficazes a longo termo, precisamente porque oferece soluções de remedeio imediato que mantêm os indivíduos dependentes de um poder exterior ao próprio bairro.

O político, no bom sentido, deverá pensar a longo prazo na cidade como um todo orgânico interdependente e comunicante; trabalhar pelo bem estar efectivo dos seus concidadãos, tendo consciência das múltiplas dimensões em que a sua vida decorre, visto que o lazer é tão importante quanto o trabalho e que todos apreciam viver num local com qualidade urbana em que a estética e a arte convivam de mão dada com a natureza: urbanizar não é apenas edificar.

Neste sentido, a cultura é introduzida na política da cidade, associada às preocupações de ordem social, como um factor de integração e de interacção entre as pessoas, um veículo de comunicação e partilha de conhecimentos e experiências, uma estratégia que permite a expressão da própria individualidade no sentido da autonomia e da responsabilidade, é também a afirmação de uma identidade que fortalece laços de proximidade e de familiaridade das pessoas com o seu bairro.

A cultura, neste contexto, faz parte de uma pedagogia de acção centrada nos valores humanos, nos seus direitos e deveres. Ao trabalhar o social faz inquestionavelmente apelo aos

valores da cidadania como conquistas imprescindíveis para o equilíbrio e harmonia de todo o tecido social e urbano.

Ora, estes valores aprendem-se, assimilam-se, interiorizam-se, pela experiência e pela prática. Não são, de forma alguma, noções abstractas que basta simplesmente racionalizar para tornar demonstrativas: eles valem pelo bem que nos fazem ao vivênciá-los no dia a dia, uns com os outros.

Como toda a experiência humana, para serem validados eles necessitam ser exemplificados de alguma forma e por alguém. Daí que seja importante descobrir nos bairros aqueles cuja motivação, entusiasmo e altruísmo sejam contagiantes. Além de modelos eles são, por natureza, os líderes de um processo de mudança de mentalidades que se opera no interior dos bairros. O exemplo da Casa da Paz é, a todos os títulos, exemplar neste ponto.

Desta forma, a responsabilidade do processo social transfere-se do poder central para o indivíduo, o cidadão.

Ficou demonstrado, pela experiência dos Projectos Culturais de Bairro, que o Estado só retira benefícios de uma acção concertada a vários níveis, envolvendo vários parceiros, que implique no terreno autarcas, mediadores culturais, actores, gestores de projecto e habitantes. A cultura, ao trabalhar o social, gera energias dinâmicas que se reflectem na economia e no emprego, localizando, nesses locais, um potencial mercado vocacionado para as suas necessidades específicas.

Todas as políticas educativas, neste momento, diria quase que a nível mundial, apontam no sentido de uma educação virada para a cidadania que contemple aspectos tão pertinentes como a ecologia, o património e as artes. O relatório da UNESCO, A Nossa Criativa Diversidade, é disso um eloquente testemunho.

Em França, a reflexão que tem vindo a ser feita sobre a refundação da política cultural, considera que cabe à Escola a formação do indivíduo para a cidadania, para que este participe de forma crítica e consciente nos problemas da sua comunidade e do seu País.

Todas as actividades e experiências que permitam um contacto precoce com as ciências, as artes, o património e o meio ambiente são bem vindas. O conhecimento da História da Arte e das artes é considerado importante para o conhecimento global da civilização e do mundo em que vivemos.

Essa reflexão constata ainda um outro aspecto de muito interesse: é necessário formar públicos e gostos para que não exista um analfabetismo cultural, partindo do princípio, já estatisticamente demonstrado, que todas as experiências marcantes na infância serão continuadas na idade adulta.

Os hábitos culturais nascem no contexto da família e tendem a ser reproduzidos por toda a vida. A Escola ao substituir, em parte, o papel da família, torna-se um importante veículo de formação/promoção cultural.

É importante mudar uma geração para mudar toda a fisionomia do mundo amanhã. Foi o que vimos no atelier *petite enfance* de La Villette.

O Estado francês também já descobriu que é inglório o esforço de preservação patrimonial se não existir enraizada na consciência dos seus cidadãos uma noção da importância histórica desse mesmo património. A defesa desses valores será mais eficaz e menos onerosa, se partir de uma tomada de consciência individual da sua importância histórica na construção de uma identidade única - tal como tivemos oportunidade de observar na Associação de Prevenção do Sítio de La Villette.

Estamos conscientes de que este trabalho não esgota, de forma alguma, a pertinência do assunto em análise: o papel do cidadão na cultura.

Sendo, como é, um tema emergente nas sociedades actuais, acreditamos que o seu desenvolvimento, através de uma reflexão permanente, baseada nas múltiplas experiências que vão acontecendo um pouco por toda a parte, trará, sem dúvida, uma maior harmonia e coesão a todo o tecido social, auxiliando, a vários níveis, à realização pessoal integral da criatura humana, como ser pluridimensional que é, objectivando, naturalmente, a felicidade comum de toda a Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1993), *Petite Enfance et Politique de la Ville* (Actas do colóquio “Petite enfance et développement des quartiers”, Mulhouse 14-15 mai 1993), Paris, Syros.
- AAVV (1993), *Participation à la Vie Culturelle en Europe - Tendances, Stratégies et Défis*, (mesa redonda do Moscovo de - 1991, realizada pelo CIRCLE (rede de informação sobre a pesquisa cultural na Europa) com o apoio do Conselho da Europa), Paris, La Documentation Française.
- AAVV (1994), *L'Enfant et son Intégration dans la Cité - expériences et propositions*, sob a direcção de Stéphane Tessier, Paris, Syros.
- AAVV (1994), *Le Petit Enfant et l'Éveil Culturel* (actas do colóquio “transmission et éveil culturels” organizado pela cidade de Saint-Égrève, o IDEF e o CNFPT, de 15 a 16 de Janeiro de 1993), Paris, Syros.
- AAVV (1995), *Culture Collectivités Territoriales et Construction Européenne*, Paris, La Documentation Française.
- AAVV (1995), *Langages et Cultures des Enfants de la Rue*, sob a direcção de Stéphane Tessier, Paris, Karthala.
- AAVV (1996), *“Les 6^{èmes} Rencontres Internationales Banlieues d'Europe”* (alocuições proferidas pelos representantes das instituições e actores do terreno que se encontraram

em Bruxelas de 6 a 8 de Novembro de 1996), Culture & Proximité - hors-série - Juin 1997, Paris, Opale Editions.

AAVV (1996), *Les Nouveaux Métiers de, dans et pour la Ville - Actes du Colloque, 7 et 8 novembre 1996*, Association de Prévention du Site de la Villette (org.), Paris, Association de Prévention du Site de la Villette.

AAVV (1997), *Janus 98 - Anuário de Relações Exteriores*, projecto do Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, PÚBLICO e Universidade Autónoma de Lisboa.

AAVV (1997), *Toutes les Pratiques Culturelles se Valent-Elles?*, HERMÈS 20, Paris, CNRS Éditions.

AAVV (1998), *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea Lisboa, Fim de Século Edições.

BACHELLERIE, Christine, *Les PCQ (Projets Culturels de Quartier) pour de nouveaux liens entre institutions, associations, habitants et artistes réputés*, In "*Les 6^{èmes} Rencontres Internationales Banlieues d'Europe*", aloquções proferidas pelos representantes das instituições e actores do terreno que se encontraram em Bruxelas de 6 a 8 de Novembro de 1996, Paris, Culture & Proximité - hors-série - Juin 1997, Opale Editions: pp. 50-55.

BARAT, Michel (1996), *Interventions Culturelles et Éducatives des Collectivités Territoriales*, in Association de Prévention du Site de la Villette (org.), *Les Nouveaux Métiers de, dans et pour la Ville - Actes du Colloque, 7 et 8 novembre 1996*, Association de Prévention du Site de la Villette, Paris: 92-94.

- BENEDICT, Ruth (s. d.), *Padrões de Cultura*, col. Vida e Cultura nº 58, Lisboa, Livros do Brasil.
- BENHAMOU, Françoise (1996), *L'Économie de la Cultura*, Paris, Éditions La Decouverte.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1998), *Maioria Sociológica e Minorias Ideológicas*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 153-168.
- CALMETTES, Quitterie (1994), *Politique sociale urbaine pour l'enfance. Histoire, démarche et applications*, In *L'Enfant et son Intégration dans la Cité - expériences et propositions*, sob a direcção de Stéphane Tessier, Paris, Syros: 113-118.
- CHOSSON, Jean-François (1997), *Les Politiques Publiques et la Question du Développement Culturel*, in *Toutes les Pratiques Culturelles se Valent-Elles?*, HERMÈS nº 20, Paris, CNRS Editions: pp. 59-65.
- CLAVAL, Paul (1978), *A Nova Geografia*, Coimbra, Livraria Almedina.
- DA SILVA, Agostinho (1988), *Dispersos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação.
- DJIAN, Jean-Michel (1996), *La Politique Culturelle*, Paris, Le Monde - Editions.
- FERREIRA, Vítor Matias (1998), *Portugal XXI - da Urbanização ao Reencontro da Urbanidade?*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 249-269.
- GOLEMAN, Daniel (1995), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Temas e Debates.

- HURSTEL, M. Jean (1995), *L'action culturelle, facteur d'intégration pour les banlieues d'Europe*, in *Culture Collectivités Territoriales et Construction Européenne*, Paris, La Documentation Française: pp. 74-76.
- L'Évaluation au service des Politiques Culturelles Locales* (1994), Paris, La Documentation Française.
- LE GOFF, Jacques (1997), *A Europa Contada aos Jovens*, Lisboa, Gradiva/Público.
- MADEC, Annick e MURAD, Numa (1998), *Cidadania e Políticas Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MARQUES, Fernando Pereira (1995), *De Que Falamos Quando Falamos de Cultura?*, Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, Ramiro (1998), *Ensinar Valores: Teorias e Modelos*, Lisboa, Porto Editora.
- MATTOSO, José (1998), *A Identidade Nacional*, col. cadernos democráticos nº 1, Lisboa, Fundação Mário Soares / Gradiva Publicações, Lda.
- MICHAUD, Yves (1993), *Enseigner l'Art ?*, Paris, Éditions Jacqueline Chambon.
- MONTFORT, Jean-Michel et VARINE, Hugues de (1995), *Ville, Culture et Développement - l'art de la manière*, Paris, Syros.
- Multimédia - O Guia Completo*, Lisboa, Dorling Kindersley / Público, 1996.
- POIRRIER, Philippe (1997), *Changements de Paradigmes dans les Politiques Culturelles des Villes*, in *Toutes les Pratiques Culturelles se Valent-Elles?*, HERMÈS nº 20, Paris, CNRS Editions: pp. 85-91.

ROCHET, Claude (1992), *Management das Associações*, col. Sociedade e Organizações, Lisboa, Instituto Piaget.

SILVA, Manuela (1998), *Integração e Exclusão Social: Portugal e as Duas Europas da Europa*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 273-287

SOARES, Mário (1998), *A União Europeia e a Crise da Independência*, in (org.) Pavilhão de Portugal, Expo 98 / Instituto de História Contemporânea, *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional (realizado de 5 a 8 de Novembro de 1997)*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.: pp. 173-181.

TURSZ, Anne, SOUTEYRAND, Yves e SALMI, Rachid (1993), *Adolescence et Risque*, Paris, Syros.

